

O DISCURSO EMPRESARIAL NO BRASIL: COM A PALAVRA OS SENHORES BANQUEIROS

*Ary Cesar Minella**

Introdução

Os estudos sobre o empresariado têm suscitado um conjunto de questões e reflexões teóricas e metodológicas sobre o papel desse importante sujeito do processo sócio-político brasileiro. Nos últimos anos, uma série de acontecimentos revelaram ao grande público diversas facetas da organização e da atuação de alguns segmentos empresariais e expuseram, também, algumas características do padrão de relacionamento mantido com o poder político e a burocracia estatal.

No contexto mais geral do processo de redemocratização do País, os empresários e seus órgãos de representação corporativa e extracorporativa foram também desafiados pela dinâmica da ação de outros setores sociais organizados e tiveram que revitalizar seus espaços próprios de ação coletiva, além de criar novas organizações de amplo espectro. Habitado às antigas e tradicionais formas de interagir com o Estado e dentro do Estado sob o abrigo do "regime autoritário", o empresariado viu-se na contingência de conviver com novas realidades políticas, que, dentre outros aspectos, abrem o espaço do debate público e onde a existência de outros sujeitos sociais — e seus interesses — não poderia ser ignorada.

Nesse novo contexto, o empresariado brasileiro — ou, mais especificamente, os grandes empresários e as organizações empresariais mais expressivas — passou a atuar e a veicular de forma direta e aberta um conjunto de posicionamentos e demandas através da grande imprensa e nos meios de comunicação em geral.

É surpreendente o número de artigos publicados diariamente por empresários na imprensa, no País. Manifestando-se diretamente — ou através de seus intelectuais orgânicos —, o empresariado revela-se de alguma forma (ora com sutilezas e entreditos, ora de forma nua e crua). Encontraremos, seguramente, muitas incoerências entre o "discurso" e o comportamento empresarial. Contudo, sob sua própria lógica, talvez isso não ocorra com muita frequência. Enquanto uma dimensão que pode revelar e

* Doutor em Estudos Latino-Americanos e Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC.

ocultar ao mesmo tempo, o discurso empresarial constitui-se numa prática especial. Em muitas ocasiões, é esse discurso que influencia (ou determina) a agenda política, aquilo que pode e deve ser discutido prioritariamente. Isso influi ou até condiciona os "discursos" e as energias mobilizadoras de outros sujeitos sociais. Em suma, gera ou condiciona novos comportamentos.

Considerando-se a inegável influência e o poder político do empresariado na definição dos rumos do País, parece, pois, imprescindível que se dê atenção redobrada ao seu "discurso". A questão teórica mais geral subjacente a este estudo remete à necessidade do entendimento dos processos de reprodução da sociedade capitalista contemporânea, do equacionamento de suas formas de sobrevivência e do papel que jogam as ideologias. Em termos mais específicos, a reflexão teórica no campo da sociologia política seguramente poderá alimentar-se de pesquisas que apótem dados sistematizados e permitam um melhor conhecimento dos diversos sujeitos sociais que interagem na sociedade atual.

A contribuição específica deste trabalho é, pois, identificar e analisar o posicionamento do empresariado financeiro no contexto da década passada e no início dos anos 90, no Brasil. Indicaremos, inicialmente, algumas características do sistema financeiro do País desde uma perspectiva sócio-política, para, depois, analisarmos o posicionamento desse empresariado.

Dois observações iniciais fazem-se necessárias. A primeira refere-se aos temas de relevância sócio-política que podem ser incluídos na análise. Diante do conjunto de questões, priorizamos três: (a) o posicionamento acerca do liberalismo e do neoliberalismo; (b) a relação do empresariado financeiro com seus pares, considerando-se os pontos de conflito e as convergências corporativas e políticas; e (c) as manifestações sobre os trabalhadores bancários e sua ação coletiva. A segunda observação diz respeito à impossibilidade de analisarmos todo o universo de empresários financeiros. Assim, o estudo limitou-se aos empresários que ocuparam a direção dos principais órgãos de representação do setor: Associação dos Bancos no Estado de São Paulo (ASSOBESP), Federação Brasileira de Associações de Bancos (FEBRABAN), Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos (ABBC). A partir de 1983, no entanto, uma mesma diretoria vem assumindo o comando das federações, e o Presidente da ASSOBESP sempre ocupou, simultaneamente, a direção da FEBRABAN. O presidente da FEBRABAN assumiu também o comando da CNF a partir de 1985. Assim, a direção dos principais órgãos de representação do setor no período esteve nas mãos de um número reduzido de empresários.¹

¹ Empresários que ocuparam a presidência dos órgãos mencionados e que foram incluídos na análise: Roberto Konder Bornhausen (UNIBANCO), Pedro Conde — Banco de Crédito Nacional (BCN) —, Antônio de Pádua Rocha Diniz (Banco Nacional), Léo Wallace Cochrane Júnior (Banco Noroeste) e Alcides Tápias (BRADESCO). Na Presidência da ABBC: Elmo Camões (Banco Sogeral) e José Carlos Jacintho de Campos (Banco Bozzano Simonsen). Por falta de dados, deixamos de incluir na análise o Banqueiro Theóphilo de Azeredo Santos, que ocupou a presidência da FENABAN no início dos anos 80 e dirige o Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro desde 1967 (então Estado da Guanabara).

A identificação do posicionamento empresarial realizou-se basicamente a partir das seguintes fontes: artigos e entrevistas publicadas na grande imprensa, em revistas especializadas, em publicações e documentos dos órgãos empresariais, além de textos de palestras proferidas em eventos diversos.²

1 - Sistema financeiro brasileiro em perspectiva sócio-política

Para a análise que pretendemos realizar, é imprescindível considerar alguns elementos do sistema financeiro do País. Em trabalhos anteriores (1991 e 1993), referimo-nos a um quadro básico de suas características e tendências importantes desde uma perspectiva sócio-política. Portanto, dada a natureza deste trabalho, retomaremos brevemente esse quadro, com a preocupação de incorporar elementos informativos e interpretativos decorrentes de nossas pesquisas mais recentes.

Em síntese, pelo menos 13 características devem ser levadas em conta nessa avaliação do sistema financeiro:

- a) elevada rentabilidade das instituições financeiras em termos comparativos aos demais setores empresariais;
- b) vinculação com o padrão de financiamento adotado pelo Estado;
- c) diversificação dos investimentos para outros setores da economia;
- d) incremento do processo de automação bancária;
- e) processo simultâneo de massificação e elitização dos serviços bancários prestados pelo sistema;
- f) incremento no processo de internacionalização do mercado;
- g) redefinição das relações trabalhistas e das negociações com os trabalhadores bancários;
- h) crescimento do número de instituições financeiras atuando no sistema a partir de 1988;
- i) deteriorização da imagem do setor frente à sociedade;
- j) elevado grau de concentração;
- l) participação marcante no processo de privatização;
- m) participação de empresários financeiros nos órgãos de decisão do Estado, nas instituições financeiras estatais e nas atividades políticas;
- n) ampliação e diversificação da estrutura de representação do setor através da criação de novos órgãos associativos e de importantes alterações nos já existentes.

² Principais publicações: *Folha de São Paulo*, *Gazeta Mercantil*, *Jornal do Brasil*, *Exame*, *O Globo*, revistas *Banco Hoje* e *Notícias ABBC*.

A análise do tema baseia-se nas inter-relações dessas características e tendências, tendo como referência o processo de articulação empresarial em uma estrutura corporativa e extracorporativa de representação de interesses (referida a seguir) e o posicionamento adotado, ao longo do período, em torno de algumas questões básicas (apresentadas nos itens posteriores).

Os diferentes indicadores referidos na literatura apontam uma crescente participação e influência do sistema financeiro — e de seus agentes — na economia brasileira (participação no PIB, no *ranking* dos maiores grupos privados e, na liderança empresarial; diversificação dos investimentos e dos serviços oferecidos no mercado).

Essa crescente participação está associada à alta rentabilidade que as empresas do setor têm alcançado e que, além de relativamente maiores do que a do setor não financeiro, é particularmente alta em momentos de crise econômica.³ O processo inflacionário, por exemplo, tem sido particularmente eficaz no incremento dos lucros bancários (como reconhecem os próprios banqueiros), e uma inflação alta — com exceção de curtos períodos — foi uma constante na economia brasileira ao longo dos anos 80, para ficarmos apenas em época mais recente.

Esse contexto — especialmente de crise, como em 1981-83 — cria um "caldo de cultura" para a proliferação de conflitos interburgueses, onde o sistema bancário e seus agentes são objeto de crítica de seus pares e de outros sujeitos sociais. Efetivamente, os dados sobre o custo efetivo do financiamento do capital de giro e do desconto de duplicatas ao longo dos anos 80 (dentre outros indicadores) sinalizam as bases reais dessa relação. A literatura tem sido farta também em demonstrar o quanto o setor financeiro teria beneficiado-se pelo padrão de financiamento adotado pelo Estado, que acaba transferindo renda para o sistema financeiro (embora não exclusivamente).⁴

Parece compreensível, portanto, que a imagem do sistema financeiro tenha se deteriorado junto à "opinião pública",⁵ que os banqueiros tenham desenvolvido, através de seus órgãos de representação, intensas campanhas para reverter essa imagem e, ainda, que, ao mesmo tempo, o empresariado financeiro busque responder as críticas adotando uma interpretação unicausal e recorrente para explicar os problemas e a crise econômica brasileira — qual seja, o déficit público —, transferindo para o Governo a responsabilidade pelas "agruras" do País.

No leque de observações críticas ao sistema bancário, enfatizou-se também seu caráter "oligopolista", fruto do acelerado processo de centralização e concentração bancária das últimas décadas. Com efeito, verificou-se uma redução drástica do número de matrizes bancárias privadas até 1988, e mesmo o surgimento de novos bancos a partir desse ano não teria alterado substancialmente a concentração do passivo e do

³ Ver, especialmente, Almeida, coord. (1988); Silva (1988); Doellinger (1991).

⁴ Essa questão tem sido amplamente referida na literatura por: Espindola (1992), Fiori (1993); Assis (1986); Doellinger (1991), Cardoso de Mello (1992).

⁵ Ver o resultado da pesquisa sobre relacionamento entre empresários industriais e financeiros (MELLO *et al.* 1986).

ativo bancários.⁶ Os banqueiros rebateram tais críticas argumentando a existência de forte presença estatal no sistema, e, se alguma concentração existe, ela expressaria a mesma concentração existente nos demais setores.

Não menos importante, mas talvez pouco analisado em suas implicações, é o comando de poucos bancos sobre milhares de assalariados. Em 1989, apenas sete bancos empregavam 441 mil trabalhadores, dentre os aproximadamente 700 mil existentes.⁷

Uma característica do sistema que se aprofundou na década de 80 refere-se aos investimentos dos bancos no setor não financeiro, criando uma complexa rede de participações, cuja expressão mais recente é o controle das empresas estatais privatizadas. Alguns dos maiores bancos privados são exemplos eloqüentes (BRADESCO, Itaú, BAMERINDUS, UNIBANCO, Nacional, Econômico, Real, Mercantil de São Paulo).⁸ As implicações econômicas e políticas dessa complexa relação, em geral, têm sido subestimadas pelas análises correntes sobre a realidade brasileira. Mesmo algumas publicações que identificam os grandes grupos deixam de incluir um conjunto mais amplo de participações a partir dos controladores desses grupos.⁹

Os dados revelam que, além dos grandes bancos, várias das instituições financeiras consideradas pequenas ou médias estão vinculadas a grandes grupos econômicos, e algumas têm sido particularmente ativas em incorporações nos últimos anos. Em

⁶ Praticamente, três instituições estatais — Banco do Brasil, BANESPA e Caixa Econômica Federal — somadas a alguns poucos bancos privados — BRADESCO, Itaú, UNIBANCO, BAMERINDUS, Nacional, Econômico e Real — controlam em torno de 80% do passivo e/ou ativo do sistema.

⁷ Bancos e número de trabalhadores em 1989: Banco do Brasil, 134.308; BRADESCO, 102.934; Itaú, 75.985; BAMERINDUS, 40.622; Banespa, 38.277; UNIBANCO, 26.356; Real, 23.220. Esses dados foram publicados pela FEBRABAN a partir de informações do Banco Central.

⁸ O BRADESCO tem intensificado seus investimentos em outros setores, nos últimos anos. Eis alguns exemplos de participação no capital votante (situação em 31.12.92): Alpargatas (31,1%); Brasmotor (31%), empresa que, por sua vez, controla a Brastemp, a Consul, a Semer e a Embraco; Latasa - Latas de Alumínio (35%), o Credibanco controla outros 30%; Tupy (24,26%), Tupy Plásticos (10,24%), Tupy Metalmecânica S/A (10%); Antártica (20%); Ericson (25,57%); Artex (12,31%); Hansen Industrial (15,25%); Industrial e Mercantil de Artefatos de Ferro - CIMAF (11,61%); Siderúrgica Belgo-Mineira (10,93%); Cremer - Produtos Têxteis e Cirúrgicos (13,36%); Indústrias Romi (13,15%); Indústrias Villares (10,89%); Manah (10,31%); Metal Leve (15,51%); Monteiro Aranha (15,06%); Newtechnos Catalisadores Automotivos (40%); Nordon - Indústrias Metalúrgicas (10,06%); Pirelli Pneus (12,06%); Moinho Santista (12,14%). Esses dados têm como fonte: BRADESCO, Informe Publicitário - 50 Anos do BRADESCO, 1993. Os investimentos do BRADESCO em empresas de informática e telecomunicações são: Sharp Equipamentos Eletrônicos (18%); Tecad (17%); Scopus (70%); Rima (17%); Qualitron (20%); CPM (72%); Victori (25%), a Globo participa também com 25%. Esses dados foram colhidos na *Gazeta Mercantil* (30.11.92, p. 11). O BRADESCO controla também várias fazendas. Para uma discussão teórica dessa questão em relação ao "capital financeiro", ver Saes (1991).

⁹ Para se ter uma idéia mais exata do conjunto de relações, deve-se levar em conta o conjunto de empresas onde um núcleo controlador básicos atua. Alguns grandes bancos devem ser analisados dentro dessa órbita, como, por exemplo, o UNIBANCO dentro do Grupo Moreira Salles, o Mercantil de São Paulo em relação ao Grupo Bueno Vidigal, o Real em relação ao Grupo Andrade Faria. A publicação que tem identificado essas múltiplas conexões é o *Atlas Financeiro do Brasil* (1981; 1988).

trabalho anterior, indicamos que pelo menos 35 dentre os pequenos e médios bancos se integram aos 300 maiores grupos privados nacionais (MINELLA, 1993; p.73-77). Alguns exemplos são bem ilustrativos: o Banco Garantia, que controla as Lojas Americanas e a empresa Brahma; o Grupo Fenícia, com o controle da Arapuã, da Prosdócimo, da Etti e da Neugebauer; o Grupo Bozano Simonsen, que reúne um complexo de 50 empresas, atuando em vários ramos, e que recentemente passou a controlar grandes empresas estatais privatizadas; o Banco Geral do Comércio, controlado pelo Grupo Camargo Correa.

Ao mesmo tempo, a partir de 1988, com a eliminação da carta patente e a criação do banco múltiplo, vários grupos empresariais entraram no sistema financeiro, seja pela transformação do braço financeiro já existente (uma financeira, por exemplo), seja pela criação direta de um banco (como exemplo, podemos mencionar: VARIG, Hermes Macedo, Mappin, Gerenal Motors, Fiat, Votorantin, Cacique, Grupo Peixoto de Castro — Banco Prosper S/A).

É importante observar que algumas das empresas vinculadas a esses grupos ocupam lugar de destaque no ramo em que atuam, dividindo o mercado com poucas empresas.¹⁰ O recente processo de privatização parece incrementar a dimensão oligopólica privada em setores como o siderúrgico, com forte participação dos bancos. O principal comprador da USIMINAS foi o Consórcio Bozano Simonsen, que inclui, além do próprio, o Grupo Econômico, BAMERINDUS, Banco América do Sul e outras empresas. A Companhia Siderúrgica de Tubarão foi arrematada pelo Bozano Simonsen e pelo UNIBANCO. O Banco Safra figura entre os principais compradores da Acesita. Entre os novos controladores da histórica Companhia Siderúrgica Nacional figuram: o BAMERINDUS, o Grupo Vicunha (controla o Banco Vicunha), o BRADESCO e o Itaú (B. BACEN, 1993, p.19).¹¹

O processo de concentração bancária não só gerou polêmica com outros segmentos empresariais (como veremos neste trabalho), mas produziu reações internas ao sistema, levando a importantes alterações no quadro da organização corporativa e extracorporativa do empresariado financeiro. Essa reação assumiu duas direções contrapostas.

Por um lado, em 1982, alguns banqueiros de São Paulo se articularam no sentido de unificar as duas Federações de Bancos (Federação Brasileira das Associações de Bancos e a Federação Nacional dos Bancos), debilitando, assim, a hegemonia do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro sobre a FENABAN e aumentando a influência dos grandes bancos sobre a representação do setor. Por outro, em clara oposição à influência dos grandes bancos, alguns empresários vinculados a instituições

¹⁰ São alguns exemplos: a Empresa Brasmotor, que controla a Brastemp, a Consul, a Semer e a Embraco, ou seja, praticamente domina esse mercado; o mercado de cerveja, dividido entre a Brahma (Banco Garantia) e a Antártica (da qual o BRADESCO participa); o setor de informática, com várias empresas vinculadas aos bancos; e a Latasa (BRADESCO e Credibanco), que é a maior produtora de latas de alumínio no País.

¹¹ Para uma análise detalhada do processo de privatização, ver Sérgio Prado, coord. (1993).

de menor porte criticaram a concentração do setor e gestaram um movimento que resultou, em 1983, na formação da Associação Brasileira de Bancos Comerciais. O objetivo da mesma é a defesa dos interesses dos pequenos e médios bancos. Na gênese dessa reação, tais empresários não só apontavam a tendência oligopólica do sistema, mas criticavam o acesso privilegiado e a influência de alguns poucos banqueiros nas decisões governamentais.¹² A ação desses empresários questionava, assim, a representatividade das Federações e, ao mesmo tempo, procurava criar uma rede de serviços entre seus associados, como condição para garantir a sobrevivência no mercado.

Uma reação semelhante ocorrera alguns anos antes (em 1979), quando os bancos comerciais estaduais organizaram a Associação de Bancos Comerciais Estaduais (ASBACE), em franca oposição a algumas medidas que vinham sendo adotadas pelas "autoridades monetárias".¹³ Tais bancos criaram mais tarde o Sistema Verde-Amarelo, que ampliaria a capacidade operacional em dimensão nacional.

Uma pesquisa sobre o período mais recente da ABBC levou-nos à constatação de que, pelo menos a partir de 1988, foram os bancos vinculados a grandes grupos privados nacionais que assumiram a sua direção. A recente eleição na entidade confirmou essa tendência, ao eleger um empresário vinculado ao Grupo Itamarati. A pesquisa sobre a origem da ABBC revela que grandes grupos tiveram importante papel na sua formação (como é o caso do Grupo Fenícia, que assumiu a Presidência da Associação no primeiro mandato). Como veremos, em algumas questões pontuais, a direção da ABBC entraria em choque com os posicionamentos da FEBRABAN.

Outro aspecto deve ser considerado na análise da ação e da organização empresarial nesse período. Desde fins dos anos 70, os trabalhadores bancários retornaram à cena com importantes movimentos grevistas associados a uma influência cada vez maior das "oposições sindicais" na organização dos bancários (como, por exemplo, em São Paulo). As negociações trabalhistas ganharam novos contornos, e, a partir de 1982, com a unificação da data-base dos bancários (setembro), os grandes bancos buscaram uma maior ingerência nas negociações, crescendo a pressão pela unificação das Federações (que ocorreu em 1983, com Bornhausen, do UNIBANCO, assumindo a direção).

Os empresários do setor sentiram dificuldades em conviver com uma nova realidade do movimento sindical no primeiro lustro da década, mas tenderam a rever seus posicionamentos e suas estratégias em fins dos anos 80, coincidindo com a intensificação do processo de automação bancária e com a entrada de novas instituições no sistema. O movimento dos trabalhadores bancários levantaria, também, resistência aos

¹² Ver ABBC, Carta de Maceió (27 11 82); e a palestra de posse de Jorge Jacob (1983) na direção da ABBC. Nesse pronunciamento, Jacob destaca o apoio que a ABBC recebia da Associação Comercial do Estado de São Paulo, que, segundo ele, via na atuação da nova entidade "o caminho para a desejada descentralização do sistema". A partir de 1988, com a criação dos bancos múltiplos, a entidade passou a chamar-se Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos, mantendo a mesma sigla.

¹³ A imposição de restrição à abertura de agências (que favorecia os grandes bancos privados e contribuía ainda mais para a centralização) e a exclusão dos bancos estaduais das operações do Fundo 157 foram o estopim da "revolta" dos bancos estaduais. Para uma análise dessa associação, ver Coelho (1993).

planos de privatização ou de liquidação dos bancos estaduais e passaria a participar do debate do reordenamento do sistema financeiro nacional, garantindo, inclusive, sua presença na Comissão Especial do Congresso Nacional que, desde 1991, trata do assunto.¹⁴

Esses elementos, somados às demais transformações políticas ocorridas no País a partir de meados dos anos 80, levaram o empresariado — inclusive o financeiro — a criar novas organizações e a redefinir suas ações nos campos corporativo e político. Novos desafios foram colocados, o Congresso Nacional passou a receber maior atenção, e a eleição para a Assembléia Nacional Constituinte forçou o empresariado a uma ação minimamente coordenada no sentido de resguardar seus interesses na elaboração da Carta Magna. A União Brasileira de Empresários foi a expressão formal dessa articulação.

Enquanto os empresários de outros setores contavam com entidades confederadas historicamente consolidadas, o setor financeiro apresentava-se na arena das negociações políticas sem uma representação capaz de expressar, pelo menos formalmente, o interesse conjunto dos segmentos que compunham o sistema. Além do mais, como vimos, os banqueiros defrontavam-se com uma nova e ativa organização sindical, capaz, inclusive, de liderar com êxito uma greve nacional bancária, como ocorreu em setembro de 1985.

Indicamos em outro momento (MINELLA, 1991, p.104) os possíveis efeitos da concentração nos demais segmentos financeiros, o que teria levado a uma forte presença dos grandes grupos no comando desses órgãos de representação. A hipótese é a de que isso teria facilitado a formação da Confederação Nacional das Instituições Financeiras em dezembro de 1985, sob a hegemonia da FEBRABAN (em cuja direção se encontrava o UNIBANCO).¹⁵ Os dados disponíveis sobre as três associações tendem a confirmar essa hipótese. Assim, um dirigente do Banco Econômico encontrava-se no comando da ANDIMA. Na direção da ABEL participavam grandes grupos nacionais e instituições estrangeiras (Itaú, Maisonnave, Cidade, Montrealbank) sob a presidência da empresa Boston Leasing. Essa presença é marcante na ANBID (UNIBANCO, Itaú,

¹⁴ Desde 1988 pelo menos, vários sindicatos de bancários têm promovido discussões sobre o reordenamento do sistema financeiro. Em abril de 1991, a Confederação Nacional dos Bancários (CNB), filiada à CUT, criou a Comissão do Sistema Financeiro para discutir e formular uma proposta sobre o tema. A versão mais atualizada da proposta dessa confederação foi publicada pela mesma com o título **Democratização e Controle Social do Sistema Financeiro**, (1992). A CUT esteve "(...) defendendo sua visão em três ocasiões na Comissão Especial do Congresso Nacional" (CNB, 1992, p 2). Além disso, alguns deputados com históricas vinculações com o movimento sindical bancário estão presentes na Comissão do Congresso.

¹⁵ Participam da CNF as seguintes associações: Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP); Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL); Associação das Empresas Distribuidoras de Valores (ADEVVAL); Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID); Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (ANDIMA); Associação Nacional das Corretoras de Valores (ANCOR); Associação das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ANFIC), criada em 1989 — anteriormente participava na CNF a Associação Mineira das Financeiras —; e a FEBRABAN. Para uma análise mais detalhada dessa confederação, ver nossos trabalhos anteriores (MINELLA, 1991; 1993).

BRASESCO, Bozano Simonsen, BCN), à frente da qual estava o London Multiplic. Além disso, os presidentes dessas associações se destacavam no âmbito político e corporativo.¹⁶

A composição das diretorias no comando associativo dos vários segmentos evidenciava a crescente participação do capital estrangeiro no sistema financeiro, tendência que se manteve nos anos posteriores. Entre os 236 bancos existentes em janeiro de 1993, os bancos estrangeiros totalizavam 17, mas igual número era considerado privado nacional com controle estrangeiro, e outros 32 como privados nacionais com participação estrangeira.¹⁷ O capital estrangeiro participa na maioria dos bancos formados a partir de 1988, e, em muitos deles, a participação minoritária no capital votante complementa-se pela maior participação nas ações preferenciais.¹⁸

Embora a legislação brasileira tenha adotado o critério da reciprocidade na relação com o capital estrangeiro no setor financeiro, o mesmo tem pressionado por um maior grau de abertura do sistema.¹⁹ Além disso, os bancos privados nacionais têm realizado investimentos conjuntos com o capital estrangeiro no setor não financeiro. Em termos gerais, essa participação tem se traduzido também em ativa presença dos bancos estrangeiros — ou instituições financeiras com fortes vínculos com o capital externo — nas atividades e na direção tanto dos órgãos de representação dos vários segmentos como na própria CNF. Tal relação se estreita ainda em espaços de articulação e ação político-ideológicas, como, por exemplo, o Instituto Liberal, que congrega, dentre outros, grandes bancos e multinacionais que operam no País.

A expressão desse processo no discurso dos líderes empresariais aponta um posicionamento em defesa da participação do capital estrangeiro no sistema financeiro e na economia em geral, pelo tratamento isonômico das instituições financeiras independentemente da origem do capital e pela crítica à Constituição, que diferencia as empresas a partir da composição de seu capital.

Manifestações tão claras de apoio não parecem suficientes. Alguns bancos estrangeiros organizaram um espaço próprio de articulação — a Associação Brasileira de Bancos Internacionais — no mesmo ano em que era promulgada a Constituição.²⁰ A FEBRABAN procurou acomodar interesses: formou uma diretoria setorial para

¹⁶ Carlos Brandão, da ANDIMA, fora Presidente do Banco Central; Henrique de Campos Meirelles, da ABEL, comandaria a Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI) alguns anos mais tarde; Ronaldo Cezar Coelho, da ANBID, participava da vida político-partidária.

¹⁷ Os demais bancos assim se distribuíam: cinco públicos federais; 25 públicos estaduais; e 140 privados nacionais (BACEN *apud* FEBRABAN).

¹⁸ Uma interessante análise sobre as entidades representativas do setor financeiro brasileiro foi realizada por Makler (1992).

¹⁹ Para uma análise das transformações do mercado financeiro internacional e de suas implicações no Brasil, ver Ferreira e Freitas (1990); Braga (1992); Santos Filho (1993); Barros (1993); Ferreira *et al.* (1992).

²⁰ De acordo com os estatutos da ABBI, podem participar da mesma, além dos bancos estrangeiros, os bancos sediados no Brasil com agência no exterior ou com participação minoritária de capital estrangeiro e instituições financeiras não bancárias com participação de capital externo. Para mais detalhes, ver Minella (1991, p. 82).

tratar dos assuntos de bancos com participação estrangeira e outra para tratar dos pequenos e médios bancos.

A estrutura centralizada de representação, estimulada pelos grandes bancos no início dos anos 80, parece não acomodar adequadamente a complexidade dos interesses gerados não apenas no sistema financeiro, mas também na extensa rede de investimentos no setor não financeiro. A hipótese a ser colocada aqui é a de que, acompanhando esse movimento pluralista de representação em seu próprio setor, o empresariado financeiro atuaria no sentido de exercer maior influência ou mesmo de assumir a direção dos órgãos de representação de outros setores.

Os anos 80 e o início desta década estão marcados por uma dinâmica política especial, cujo eixo é o processo de redemocratização. Ao mesmo tempo, esse período tem se caracterizado por fortes crises econômicas e acentuado processo de concentração de renda. Os efeitos da crise — ou da chamada "década perdida" — não atingiram a todos por igual. As crises econômicas fazem emergir os conflitos intraclasse, mas parecem pouco afetar o empresariado financeiro.

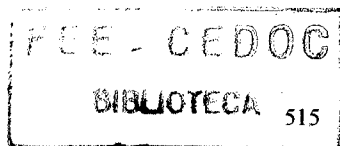
Visto em conjunto, durante os anos 80, o empresariado dinamizou seus órgãos de representação, chegando, inclusive, a inéditas e públicas disputas — caso da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), dentre outros —, e aglutinou seus interesses em novas organizações — Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e Instituto Liberal —, para mencionar apenas alguns exemplos, além das associações do empresariado financeiro já referidas.²¹

Para uma melhor avaliação do posicionamento do empresariado sobre (neo)liberalismo, faz-se necessária uma referência maior ao Instituto Liberal. Criado por um grupo de empresários no Rio de Janeiro, em 1983, logo se expandiu para outros estados. É custeado por contribuições de empresas mantenedoras, entre as quais se encontram grandes bancos e grupos industriais, comerciais, da construção civil, além de empresas estrangeiras (GROS, 1993, p.140).

O Instituto Liberal de São Paulo foi criado, em 1987, por um grupo de empresários liderados por Roberto Konder Bornhausen, Jorge Simeria Jacob (do Grupo Fenícia e primeiro Presidente da ABBC) Fernando Ulhoa Levy (Levy Corretora de Valores). Segundo Gros, entre os 40 mantenedores desse instituto em 1989, estavam nove das maiores empresas estrangeiras em operação no País (Rhodia, Alcoa Alumínio, Nestlé, Citibank, Dow Química, Carrefour, Gessy-Lever, Ciba-Geigy e Hoechst) e 15 dos maiores grupos econômicos nacionais (GROS, 1993, p.141-142).²² Em relação aos últimos, é importante destacar a presença dos grandes bancos como Itaú, BRADESCO, Banco de Crédito Nacional, além do UNIBANCO, grupos cujos empresários foram responsáveis pelo comando dos órgãos de representação do setor por longos anos e ainda na atual gestão da FEBRABAN e da FENABAN (BRADESCO).

²¹ Para uma análise dessas organizações empresariais, ver Oliveira (1991, p.43-52); Dreifuss (1989); Diniz & Boschi (1993); Gros (1993).

²² A presença de grandes grupos nacionais e estrangeiros também é constatada no Instituto Liberal do Rio de Janeiro (DINIZ, 1993, p.120).



Em seu conjunto, esse empresariado parece ter dificuldades em formular um projeto amplo de desenvolvimento para o País capaz de lograr um consenso mínimo entre seus pares. Em termos políticos, essa carência evidenciou-se nas últimas eleições presidenciais e, ao que tudo indica, apresentar-se-á novamente no cenário do próximo pleito. Os últimos acontecimentos políticos (o impedimento de Collor e o escândalo do Orçamento) estão revelando um padrão de relacionamento entre grandes segmentos empresariais, o poder político e os aparatos do Poder Executivo. Está em evidência uma dimensão desse entrelaçamento de interesses que, em grande parte, transforma as mediações políticas em "caso de polícia". Existe um caráter muito mais profundo e sofisticado nessa relação entre os interesses privados do empresariado e a definição das políticas e da distribuição dos recursos públicos. Nesses mecanismos mais sofisticados de interação (mas não exclusivamente neles) se inserem as vinculações entre o empresariado financeiro e o Estado.

Tendo presente as considerações apresentadas até aqui, trataremos de identificar e de analisar o posicionamento do empresariado financeiro, com o propósito básico de contribuir, ainda que minimamente, para uma avaliação sócio-política desse importante e controverso segmento da burguesia no Brasil.

2 - (Neo)liberalismo, empresários e trabalhadores: o discurso do empresariado financeiro

2.1 - O discurso (neo)liberal

O discurso liberal ou neoliberal ganhou espaço no meio empresarial e tendeu a ser hegemônico no período considerado. Em termos gerais, ele se manifesta com diferente intensidade entre o empresariado financeiro. Por um lado, constatamos a existência de manifestações sistemáticas e coerentes com uma certa ação, pelo menos nos campos doutrinário e ideológico. Por outro, ele se manifesta de forma dispersa ou conjuntural, sem um grau maior de elaboração e vinculação (pelo menos aparentemente) com uma ação mais conseqüente.²³

Uma matriz de produção e ação a favor do liberalismo

Um exemplo significativo do primeiro caso identificamos em Bornhausen, do grupo UNIBANCO, que foi Presidente da ASSOESP e da FEBRABAN no período 1977-80 e da ASSOESP, da FEBRABAN e da FENABAN entre 1983 e 1986 e

²³ Para uma discussão crítica em torno das concepções de liberalismo e neoliberalismo, ver *Revista da USP* (1993). Para uma visão empresarial do tema, ver Moreira (1981).

comandou, ainda, a primeira diretoria da CNF em 1985-87. É importante destacar a participação de Bornhausen na direção do Instituto Liberal de São Paulo, organização que se propõe exatamente a divulgar e a defender os princípios liberais.²⁴

O UNIBANCO é controlado pelo Grupo Moreira Salles, que se caracteriza por uma complexa relação entre os interesses do capital internacional e dos grupos nacionais, com diversidade de investimentos, vínculos no campo político e trânsito na área estatal.²⁵

O apoio de Bornhausen ao liberalismo manifesta-se desde fins da década de 70, quando sintetiza seu posicionamento na expressão "liberalismo social", que defende o "princípio da responsabilidade social e do compromisso da empresa para com os valores da comunidade a que pertence". Porém esse liberalismo "(...) defende, igualmente, a primazia da oferta e da demanda, a liberdade de mercado e a eficiência como critério de concorrência". Esse liberalismo social — afirma o empresário — "(...) não é contrário a qualquer forma de planejamento que se sobreponha às leis do mercado" (BORNHAUSEN, 1979); a defesa de um certo poder regulatório do Estado aparece também em Bornhausen (1982a).²⁶

No contexto da crise que o País vivia em 1982, Bornhausen sustentava a validade do liberalismo, atribuindo os seus desajustes a fatores externos: limitação do conhecimento humano e egoísmo humano. Na concepção mais geral do liberalismo, a produção e os investimentos das empresas

"(...) estão intimamente ligados à obrigatoriedade de satisfazer as mais diversas necessidades dos consumidores e (...) o equilíbrio e o funcionamento correto do processo produção/distribuição estão assegurados a longo prazo" (BORNHAUSEN, 1982a).

Em 1988, atuando no Instituto Liberal, Bornhausen (1988a) seguia defendendo o liberalismo como única alternativa para o País: "O Brasil somente alcançará o grau de desenvolvimento que todos desejamos, se seguir os caminhos liberais, na política e na

²⁴ Uma das características básicas desse empresário é a de associar à atividade de direção empresarial uma especial "produção intelectual" em relação aos problemas conjunturais, assim como às diretrizes de mais longo alcance da grande burguesia bancário-financeira. Essa produção se traduz em palestras, entrevistas e artigos que possibilitam uma análise mais sistemática do seu posicionamento.

²⁵ O UNIBANCO é controlado por E. Johnston Administração de Bens e Empresas e pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (ambas controladas pelo Grupo Moreira Salles, embora na última participe a International Mining Corp. dos Estados Unidos com 46% do capital). Desde que se constituiu como banco múltiplo, em 1989, a participação estrangeira no Banco ficou assim constituída: The Dai Ichi Kangyo Bank, do Japão, um dos maiores bancos do Mundo, com 11,72%; Commerzbank A.G. da Alemanha, com 10,17%; e Security Pacific National Bank, dos Estados Unidos, com 2,63% (GM, 9.2.90, p.25).

²⁶ Outro membro do Grupo UNIBANCO era forte aliado na divulgação do liberalismo: Marclio Marques Moreira, que se manifestou em artigos editados na época (MOREIRA, 1981, p.14). Essa defesa do "liberalismo social", ao que tudo indica, não foi aprofundada ao longo dos anos 80, embora Bornhausen volte a usar a expressão em artigos de 1984 (BORNHAUSEN, 1984a; 1984b).

economia"; ver também o discurso pronunciado na Câmara Americana de Comércio com o Brasil (BORNHAUSEN, 1988d).

Na concepção liberal, amplamente enfatizada por esse empresário, o Estado não deve intervir no processo econômico, salvo quando interessar à segurança nacional ou "quando não for viável o envolvimento de capitais privados", mas sempre em caráter de complementaridade (BORNHAUSEN, 1979a). A crítica e a oposição à intervenção do Estado na economia mantiveram-se ao longo de todo o período, assumindo, em determinadas conjunturas, um caráter de centralidade no discurso (BORNHAUSEN, 1983; 1983b) e, especialmente, em artigos de 1984, (BORNHAUSEN, 1984a; 1984b; 1984c; 1984d; 1984e) e em palestras (BORNHAUSEN, 1984; 1984f). Ver, ainda, Bornhausen (1985; 1985a; 1988a, 1981; 1991a).

Já em 1979, Bornhausen considerava que o processo de intervenção estatal chegara longe demais e era o "momento de alterá-lo" (1979a). As esperanças de que tal processo pudesse ser revertido durante o governo do General Figueiredo desapontaram o líder empresarial e o levaram a afirmar, em 1984, que "(...) a iniciativa privada brasileira espera que o esforço para a contenção do expansionismo estatal passe do plano retórico (...) para o plano das ações concretas" (BORNHAUSEN, 1984j).²⁷ Mas esse banqueiro esperaria ainda para ver concretizado, pelos menos em parte, seu anseio de privatização: o plano de privatização adotado pelo Governo Collor, no qual os bancos passariam a ter uma significativa participação.

Outros discursos, novas ênfases

O posicionamento liberal mantido por Bornhausen à frente da ASSOBEPS e da FEBRABAN recebeu continuidade na gestão de Pedro Conde, do Banco de Crédito Nacional, de 1980 a 1983.²⁸ Nesse período, a crise econômica manifestou-se de forma mais aguda (1981-82), e os banqueiros passaram a ser alvo de sérias críticas por parte de empresários de outros setores. Além de procurar responder às críticas de seus pares burgueses, o empresário financeiro teve de enfatizar em seu discurso as alternativas para superar a crise.

²⁷ Durante seu governo (1979-84), Figueiredo propôs-se a executar um plano de privatização de várias empresas, e, nessa época, os grupos financeiros estavam interessados em adquiri-las, inclusive o próprio UNIBANCO, conforme declarações de Bornhausen (1979). Em maio de 1982, esse empresário indicava que o Governo Figueiredo era o "primeiro que havia tomado iniciativas claras" para a contenção e a modificação do processo estatizante, mas lamentava que os resultados alcançados não eram os desejados (BORNHAUSEN, 1982).

²⁸ Banco considerado de médio porte, tendo a família Conde investimentos diversificados em vários ramos da economia, com forte atuação na Bolsa de Valores (Atlas Fin. BR, 1981, p. 46-50).

As questões centrais do discurso do Presidente das Federações em 1982 giravam em torno de dois eixos: primeiro, um chamado ao empresariado no sentido de unir forças na defesa do liberalismo e, segundo, a defesa dos bancos em relação à sua responsabilidade na crise econômica do País.

Conde reconheceu a situação — "(...) estamos passando pela maior crise do Brasil industrial moderno" — e sugeriu que "(...) a luta dos empresários é uma só (...) pela livre iniciativa". Para ele, a saída da crise passa pela concretização da proposta liberal. E propunha uma postura mais agressiva dos empresários, os quais devem assumir um papel decisivo na sociedade brasileira. A "proposição maior" é "defender a livre iniciativa", que, segundo Conde (1982), "(...) está, de certa forma, órfã".

O reconhecimento da crise, no entanto, não podia ocultar o fato de que o setor financeiro obtinha alta rentabilidade em comparação aos demais setores. O discurso do empresário adotou, então, uma tática dispersiva em relação às críticas dirigidas ao setor financeiro, conclamando os empresários à unidade em torno da livre iniciativa. Durante as eleições de 1982, Conde (1982b) sugeriu que os empresários só deveriam apoiar candidatos comprometidos com os valores liberais; além do mais, a formulação de propostas de política econômica do candidato deveria ter a participação do empresariado através de suas entidades representativas.

Em Bornhausen, a fundamentação da proposta liberal ganha contornos mais sofisticados e sistematizados (tanto em seu aspecto doutrinário como no que se refere a propostas efetivas). A expressão "liberalismo social" não se apresenta no discurso de Conde; "livre iniciativa", no entanto, ganha centralidade (CONDE, 1983; 1983a).

A partir de 1986, o discurso da liderança empresarial retomou as críticas a uma intervenção estatal específica: a do setor financeiro. A partir da Nova República, algumas instituições financeiras de controle estatal adotaram uma política mais agressiva de atuação no mercado, gerando o que os banqueiros denominaram de "concorrência desleal" (DINIZ, 1988). Segundo o Presidente da FEBRABAN, da FENABAN e da CNF,

"(...) na luta por parcelas crescentes de poder, as diferentes agências do Estado tendem a buscar apoderar-se crescentemente de parcelas da atividade possível, suprimindo o espaço em que a iniciativa privada pode florescer" (DINIZ, 1986).²⁹

As críticas dos banqueiros nesse período não se dirigiam apenas à participação do Estado no setor financeiro, mas também a seu papel regulador dentro do sistema: a **desregulamentação** passa a ser uma demanda central do empresariado financeiro. Assim, o Estado envolve-se "demasiado na atividade financeira, quer por participação excessiva, quer por ordenação desnecessariamente rígida do setor bancário privado"

²⁹ Para Diniz (1986), era necessário preservar a participação das instituições financeiras privadas, "(...) para que o financiamento aos empresários possa guardar os critérios flexíveis, a agilidade e a capacidade de inovar, que são características do setor empresarial".

(DINIZ, 1986). A "burocratização" do sistema é, inclusive, considerada entre os argumentos dos banqueiros para explicar os custos financeiros.³⁰ Além do mais, segundo esse empresário, a regulamentação existente estaria beneficiando os bancos estatais (DINIZ, 1987; 1988).

O discurso segundo o qual o Estado deve apenas traçar a regulamentação mais geral da economia encontra aqui, portanto, uma ressonância específica: a desregulamentação do sistema financeiro, afetando, assim, a capacidade regulatória do Estado.

O contexto desse discurso neoliberal pela **desregulamentação** está influenciado pelo menos por dois elementos conjunturais. Por um lado, a discussão dentro da Assembléia Nacional Constituinte sobre o sistema financeiro nacional; por outro, os contatos gestados entre Banco Mundial e o Governo brasileiro no sentido de injetar um apreciável volume de recursos financeiros (US\$ 1,5 bilhão) no processo de reformulação do sistema financeiro do País. A pauta dessas negociações incluía a desregulamentação e a reavaliação da presença dos bancos estatais dentro do sistema (Rel. Desenv. Mund., 1989).

A demanda pela desregulamentação do sistema manteve-se de forma intensa no discurso de Léo Wallace Cochrane Júnior (Banco Noroeste), Presidente da FEBRABAN, da FENABAN e da CNF no período 1989-92. O Grupo Wallace Simonsen, além do banco — considerado de médio porte — controla um conjunto diversificado de empresas atuando principalmente em serviços, comércio e agropecuária; no setor financeiro, está associado ao Chemical Bank (Atlas Fin. BR, 1988, p.662-665).

Deve-se ter presente que, nesse período, o Congresso Nacional deveria ter aprovado a legislação complementar sobre o sistema financeiro, criando, para isso, uma comissão especial, que, até 1993, não chegara ainda a apresentar uma proposta para votação.

Assim, o discurso de Cochrane Jr. (1989c) parece ter endereço certo: "Os bancos vivem submetidos a um excesso de regulamentação que lhes tolhe a liberdade de agir. E grande parte do que lhes é imputado é devido ao cumprimento dessas normas do Poder Executivo (...)" (abril de 1989). No ano seguinte, voltaria a insistir: "(...) a melhor lei bancária é aquela que somente disser o que é o sistema financeiro. Na verdade, há muito poucos problemas que devem figurar na lei (...)" (COCHRANE JÚNIOR, 1990).

No discurso do Presidente das federações bancárias — já no contexto do Governo Collor —, a desregulamentação é considerada sinônimo de modernidade: "(...) todos queremos passar ao Primeiro Mundo, e isto significa menor regulamentação. E o que se vê em todo o Mundo atualmente: modernidade no sistema financeiro é desregulamentação: a melhor norma é não ter norma — exceto, naturalmente, as que implicam fiscalização e controle" (COCHRANE JÚNIOR, 1990e).

³⁰ "(...) assegurada aos bancos privados maior liberdade e flexibilidade, toda a ação empresarial dela se beneficiaria, e os custos dos fluxos financeiros (...) reduzidos, porque são fruto, em grande parte, da burocratização das finanças." (DINIZ, 1986). Ver também Diniz (1987).

Avaliando o sistema financeiro brasileiro, Cochrane Jr. concluiu que "(...) não há nada de intrinsecamente errado" com o mesmo, "(...) embora aperfeiçoamentos importantes possam ser imaginados". O "diagnóstico dos males do sistema resume-se em três pontos fundamentais: (a) estatização; (b) descontrole monetário-fiscal; e (c) regulamentação excessiva" (COCHRANE JÚNIOR, 1989f).

A ênfase neoliberal mantém-se (ou mesmo se aprofunda) no discurso de Alcides Tápias (BRADESCO), que assumiu o comando das Federações no período 1991-93. Para esse empresário, "(...) a economia de mercado é mais do que uma filosofia. É uma técnica de administração da economia (...) O Estado intervencionista, o Estado empresário (...) transformou-se mundialmente numa relíquia de museu" (TÁPIAS, 1991).

Tápias considera que o "novo liberalismo" está influenciando a realidade mundial e que o mesmo "rejuvenesce e atualiza o capitalismo", abrindo "espaços para um mundo novo". E o mercado joga um papel fundamental: "(...) internacionaliza produção e consumo por força de uma competição que premia a eficiência e baliza o novo desenvolvimento" (TÁPIAS, 1991a).

Um posicionamento claro desse empresário — e da postura neoliberal — em relação ao contexto brasileiro se expressou em março de 1992. O mesmo traduz um conjunto de propostas para o País dentro da perspectiva que associa "novo liberalismo" com "novo desenvolvimento". Em síntese, Tápias considera que o Estado no Brasil "(...) não tem mais condições nem recursos para gerir e atender às necessidades mínimas da sociedade". A saída para essa situação é o setor privado "substituir ou complementar" as funções do Estado. A proposta desse empresário, vinculado a um dos maiores grupos privados do País, é que o setor privado substitua o Estado também nos investimentos vinculados à infra-estrutura. O Estado deveria ser reduzido a sua função mínima: "prover lei e segurança".

Tápias sugere que os empresários privados poderiam: (a) alugar o "uso de instalações e equipamentos públicos"; (b) explorar "os serviços já existentes"; (c) obter a "concessão de serviços novos". A privatização dos serviços públicos aumentaria a eficiência do Governo e reduziria seu déficit. Somente a empresa privada poderia "salvar e melhorar" esses serviços, porque as "regras da economia liberal" a obrigam a ter êxito. Para Tápias, existe uma coerência entre liberalismo e desenvolvimento, e o "desenvolvimento capitalista e liberal é coerente com a justiça social" (TÁPIAS, 1992a).

Assim, para o líder das Federações, a solução para a crise financeira do Estado passa pelo aprofundamento do processo de privatização — incluindo a infra-estrutura, pela busca do "Estado mínimo". O projeto para o País orientar-se-ia por um novo binômio, que associa liberalismo e desenvolvimento, e o mesmo garantiria a "justiça social".

O discurso dos "pequenos e médios" banqueiros

Serão considerados aqui dois Presidentes da Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos, cujos mandatos cobrem o período de 1986 a 1992 (Elmo Camões e José Carlos Jacintho de Campos). As posições defendidas pela ABBC ao longo de sua história podem ser sintetizadas em cinco pontos: (a) reivindicação de um

tratamento diferenciado para os pequenos e médios bancos; (b) denúncia da crescente concentração e formação de monopólios dentro do sistema financeiro; (c) defesa da participação do capital estrangeiro dentro do sistema — associação em até um terço do capital votante —; (d) oposição às tentativas de tabelamento da taxa de juros; (e) oposição à moratória da dívida externa.

Em termos gerais, e nos limites dos artigos analisados, as manifestações de Camões não apresentam uma reflexão mais sistematizada sobre o liberalismo ou o neoliberalismo. Contudo os posicionamentos assumidos e as políticas sociais e econômicas propostas indicam uma adesão aos postulados liberais, mesclando defesa de abertura econômica com privilégios específicos. Será Campos, no entanto, quem assumirá, em nível discursivo, uma defesa mais contundente do liberalismo.

Em 1986, Camões (Banco Sogeral) considerou o Plano Cruzado coerente e realista, com capacidade para equilibrar a economia do País, mas também que o corte do déficit público seria crucial para o sucesso do Plano (CAMÕES, 1986a). Em meados de 1986, Camões defendia a extinção do "Estado-empresário e a desburocratização da economia" (CAMÕES, 1986). Defendia, assim, a privatização e, além disso, manifestava claro apoio à internacionalização da economia brasileira (CAMÕES, 1987). Em março de 1988, Camões deixou o comando da ABBC para ocupar a Presidência do Banco Central do Brasil.

O sucessor de Camões à frente da ABBC, Jacintho de Campos, participava da direção de um banco de médio porte (Bozzano Simonsen), que era, na realidade, integrado a um dos maiores grupos privados do País e que, recentemente, assumiu o controle de empresas estatais privatizadas (USIMINAS e CST).³¹

Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, Campos defendeu uma alternativa liberal para os rumos do País: "A livre atuação das forças econômicas promove o desenvolvimento e a justiça econômica e social". Campos argumenta que "(...) quando as forças econômicas interagem, buscando uma posição melhor, promovem a justiça econômica e social" (CAMPOS, 1987, 1988b).

Como outros banqueiros (Bornhausen, por exemplo), Campos atribui ao imenso déficit público a causa básica da inflação (CAMPOS, 1988d; 1990b) e desenvolveu intensa militância pela livre iniciativa "através de palestras, artigos e reuniões a nível governamental" (CAMPOS, 1990a).

Em março de 1991, Campos reafirmou seu credo liberal e sua convicção de que a equipe econômica do Governo precisava mudar.

"O caminho liberal é a solução para a crise brasileira com uma economia de mercado e não o dirigismo econômico. O que se precisa é a reformulação

³¹ O Banco Bozzano Simonsen faz parte de um grupo de 50 empresas que incluem ramos como madeira, fertilizantes, ferro, nióbio, níquel, ouro (a Mineração Morro Velho é considerada a maior empresa de mineração de ouro do Brasil) e *shopping centers* GM, 28.3.89, p.44; Banco Bozzano Simonsen, Relatório Anual: GM, 20.4.89. Além da Presidência da ABBC, outro executivo do Grupo (Cristiano Buarque Franco Neto) participou da direção de órgãos de representação do empresariado financeiro: Associação Nacional de Bancos de Investimentos e CNF.

do pensamento econômico da equipe econômica, passando de heterodoxa e dirigista para uma economia liberal" (CAMPOS, 1991a).

O recado estava dado. Pouco tempo depois, a equipe econômica do Governo seria trocada, assumindo o comando um histórico defensor das idéias liberais, e cuja trajetória se vinculava ao setor financeiro: Marcílio Marques Moreira. Avaliações críticas ao plano de estabilização do Governo Collor aparecem também em artigos anteriores (CAMPOS, 1990d, 1991).

Podemos observar que o Grupo Bozzano Simonsen, ao qual Campos está vinculado, e o Banco de Boston (que assumiu a ABBI), além do BRADESCO (no comando da FEBRABAN), se encontram entre os mantenedores do Instituto Liberal. É possível, pois, constatar que, de alguma forma, os empresários e as empresas vinculadas aos institutos liberais foram hegemônicos na direção dos órgãos de representação do sistema financeiro.³²

2.2 - Empresários em conflito (?)

Em que medida é possível caracterizar a existência de um conflito entre diferentes segmentos do empresariado e o empresariado financeiro? Por um lado, parece difícil entender ou captar essa problemática, considerando a existência de grandes grupos econômicos cujos interesses se vinculam a muitos setores. Considere-se, ainda, a existência de espaços de articulação político-corporativa que abrigam empresários dos mais variados segmentos. Agregue-se a isso a dificuldade de analisar de forma correta a relação do discurso com outras práticas, muitas vezes de difícil percepção pública.

Por outro lado, como deixar de reconhecer alguns indicadores tão explícitos como, por exemplo, a persistente vantagem de rentabilidade comparativa das instituições financeiras, que gera tensões permanentes com o setor não financeiro? Como ignorar que os empresários financeiros acumularam intensamente nas últimas décadas e que mostraram um apetite voraz nos investimentos fora do seu próprio setor, passando, inclusive, a controlar empresas estatais privatizadas? Como ignorar o confronto de propostas alternativas para a saída das crises econômicas, confronto no qual os empresários financeiros se posicionam, via de regra, em propostas rigidamente ortodoxas? Como interpretar a ausência de um órgão de representação empresarial amplo que agregue todos os segmentos, como o existente em outros países?

Uma análise da ação coletiva do empresariado no País, levando em conta um processo complexo de relações que os mesmos estabelecem, não pode deixar de reconhecer a existência de ações ou tentativas de ações coordenadas nos campos econômico e político, mas, ao mesmo tempo, deve constatar a existência de conflitos

³² Foi a partir das pesquisas e de observações de Gros que essa vinculação estreita do empresariado financeiro com o Instituto Liberal ficou melhor elucidada.

conjunturais importantes, cujos reflexos nos processos de governabilidade e de legitimação do Estado capitalista merecem uma análise aprofundada. Não é o caso de nos propormos a essa tarefa aqui. Trataremos apenas de identificar e de analisar de forma sucinta alguns elementos discursivos do empresariado que, de alguma forma, traduzem pontos de conflito e alianças, especialmente no início dos anos 80.

Até 1985 (início da Nova República), podemos identificar pelo menos dois momentos que se caracterizam pela existência de ênfases discursivas diferenciadas. O primeiro inclui os três primeiros anos, quando a crise econômica se agudizou, as taxas de juros efetivas alcançaram os níveis mais elevados em muitos anos, o sistema financeiro foi objeto de uma CPI (denominada CPI dos Juros), e o discurso de alguns órgãos de representação do setor industrial radicalizou sua crítica ao setor financeiro. O segundo momento caracteriza-se por um discurso que buscava enfatizar os pontos de convergência mais gerais do empresariado, tratando de garantir (não sem dificuldades) uma unidade mínima durante a transição para o governo civil.

Um discurso crítico ao sistema financeiro partia da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em 1982, o seu presidente considerava que "(...) os bancos, fortalecidos pela limitação da oferta de crédito, exercem o seu **poder discriminatório na determinação do nível da taxa de juros** (grifo nosso) vigente na economia" (FRANCO, 1982, p.12). Segundo o empresário, esse poder especial do sistema financeiro "(...) é particularmente reforçado pelo **elevado nível de concentração bancária** (grifo nosso) existente na economia brasileira" (FRANCO, 1982, p.12). O processo de concentração, afirmava, não teria trazido reduções dos custos bancários, nem economias de escala e maior eficiência. E concluía que o sistema financeiro "(...) tem estabelecido **especial resistência aos ajustes** que ora se sucedem na economia brasileira, **transferindo parcelas da sua cota de contribuição para os demais agentes econômicos**" (grifos nossos) (FRANCO, 1982, p.15).

Em janeiro de 1983, a CNI encaminhou estudo ao Ministro da Fazenda alertando para o "(...) esgotamento da capacidade das empresas industriais sobreviverem a mais um ano com taxas reais positivas superiores a 40% a.a." e demandando uma "nova política em relação à taxa de juros" (Industr. Produt., 1983a). Editoriais da publicação oficial da CNI, em 1983, caracterizavam a existência de uma "crise dos juros", advertindo que esta ameaçava o processo de abertura política (Industr. Produt., 1983a; 1983b).

Embora em discurso menos enfático, o então novo Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo reconhecia o alto custo financeiro e a proteção histórica que o Estado havia dispensado ao sistema financeiro (VIDIGAL FILHO, 1986).³³ O discurso desse empresário somar-se-ia ao do empresariado financeiro, cuja ênfase explicativa básica para as altas taxas de juros era o déficit público (VIDIGAL FILHO, 1986a; 1986b).

³³ Ver, ainda, Editorial do Jornal do Comércio (2.3.81) e da Folha de São Paulo (25.3.81).

O Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) realizou uma pesquisa, entre 1978 e 1982, sobre o relacionamento do empresariado industrial com o financeiro. A partir de uma amostra de 251 empresários nacionais da indústria de transformação, a pesquisa identificou uma avaliação negativa sobre o empresariado financeiro, e apenas um terço considerou que predominava uma relação de "cooperação" com o empresário financeiro.³⁴

Pedro Conde, então Presidente da FEBRABAN, rebateu as críticas que apontavam os bancos privados como um dos principais responsáveis pela crise, argumentando que o Governo é o "maior banqueiro", além de regular as atividades dos bancos privados (CONDE, 1982a).³⁵

O discurso do empresariado financeiro atribuía ao Estado grande responsabilidade no elevado custo do dinheiro. Segundo Bornhausen (1982b), esse custo seria determinado por: (a) cobrança de impostos diretos pelo Governo e (b) limite de expansão de crédito, que reduziria a competitividade do mercado e elevaria os juros. Para baixar a taxa de juros, seria necessário, portanto, liberar as instituições financeiras dos entraves às suas operações.

A partir de maio de 1983, no entanto, é possível identificar uma nova orientação no discurso: atribui-se ao **déficit público** a origem de "(...) todos os nossos grandes problemas atuais: inflação (...), endividamento interno e o desequilíbrio do balanço de pagamentos" (BORNHAUSEN, 1983).

Esse novo enfoque discursivo — que se acentuou nos anos seguintes — atendia a duas necessidades prementes dos banqueiros. Por um lado, não era possível ignorar os dados da crise em que vive o País e manter um discurso otimista sobre o capitalismo vigente; por outro, fazia-se necessário encontrar uma explicação básica para os problemas do País. E, como já vimos, o empresariado encontrou no déficit público o novo vilão (BORNHAUSEN, 1984g; 1984h; 1984i; 1984j; 1985). No discurso de posse na CNF (BORNHAUSEN, 1985a; 1985b), o empresário indicou o déficit público como variável determinante da taxa de juros. Desloca-se, assim, o foco das críticas, e os empresários passam a encontrar uma unidade discursiva em torno ao déficit público.

³⁴ "Para 54 empresários (21,5% da amostra), o empresário financeiro, em comparação com o industrial, possui mais segurança, garantias ou privilégios nas suas atividades. Essa segurança e garantia resultam do modelo e/ou sistema econômico e político vigentes, os quais, segundo os empresários industriais, privilegiam o setor financeiro. Consideram também que o próprio governo concede maiores facilidades e dá mais proteção aos empresários financeiros.

"Para outros 35 empresários (13,9% da amostra), o empresário financeiro é o que corre menor risco.

"Para 30 empresários (12,0%), o empresário financeiro é social e eticamente criticável." (MELLO et al., 1986: 169-171, 178-180).

³⁵ Conde buscou diluir a responsabilidade pela crise: não é toda da responsabilidade do Governo, nem da iniciativa privada (CONDE, 1982a). Pelo menos a partir dos textos analisados, esse banqueiro não assume explicitamente o "déficit público" como elemento básico na explicação da crise. Ao que tudo indica, foi na nova gestão de Bornhausen à frente dos órgãos de representação (1983-86) que o mesmo ganhou essa ênfase explicativa.

Nesse contexto discursivo, os líderes dos órgãos de representação do empresariado industrial, comercial e financeiro de São Paulo lograram um consenso mínimo para assinar um documento de apoio a Sarney em maio de 1985.³⁶ Para a imprensa, os empresários explicitaram questões que o documento levado ao Presidente não mencionava claramente. "Destas, o déficit público é a que está no centro de tudo" (Indústr. Desenv., 1985, p.5). Segundo a publicação **Indústria e Desenvolvimento**, o empresariado tomava uma atitude crítica em relação ao "papel do Estado-empresário" e fazia um "apelo por um retorno às origens", ou seja, ocupar-se da segurança pública, da saúde e de outras áreas sociais (Industr. Desenv., 1985, p.6). Nesse momento, as estatais apareciam como as grandes responsáveis pelo déficit e o controle sobre as mesmas seria o "único caminho para um efetivo combate à inflação" (Indústr. Desenv., 1985, p.6).

Os empresários reconheciam, pois, a existência de "divergências setoriais", ao mesmo tempo em que identificavam uma "unidade de enfoque nesse movimento, que visa à redução das atuais taxas inflacionárias". E, segundo declarações de Euclides Carli (Presidente em exercício da Federação do Comércio do Estado de São Paulo), não haveria motivos para "colocar-se contra o setor financeiro". Segundo esse empresário: "(...) já passamos da época em que se acusava o setor financeiro pelas altas taxas de juros". E conclui: "(...) hoje, somos todos vítimas de uma política errada que mantém um governo voraz" (Indústr. Desenv., 1985, p.7).

Esse aparente clima de reconciliação discursiva não impedia Bornhausen de manifestar, em seu depoimento na CPI do Sistema Bancário e Financeiro Nacional, que a rentabilidade do sistema financeiro era vista de forma "deformada": como "transferência de renda" das empresas para o sistema financeiro. Segundo esse banqueiro, de uma taxa de juros de "35,03% ao ano [refere-se a 1984], 16,20% são para remunerar o investidor, 16,07% são para impostos, e 2,76% são receita do banco". Para ele, a rentabilidade dos bancos "(...) não excede, em média, àquela das maiores empresas industriais e comerciais" (BORNHAUSEN, 1985b, p.19). Portanto, concluía que os bancos não concentram renda. E, além disso, "democratizam" seus capitais sociais, devido ao grande número de acionistas.

No final do seu mandato, Bornhausen avaliava de forma otimista os resultados alcançados pela Federação no sentido de rebater as críticas formuladas ao sistema financeiro e, assim, melhorar a imagem dos bancos. O trabalho de "difusão e consolidação" da "imagem verdadeira" do setor lograra seus objetivos: "já não é fácil, hoje (...) apontar os 'juros extorsivos' ou os 'lucros dos bancos' como causas de todas as desgraças nacionais" (BORNHAUSEN, 1986).

³⁶ Assinaram o documento: Roberto K. Bornhausen, da ASSOESP; Abram Szajman, da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo; Guilherme Afif Domingues, da Associação Comercial do Estado de São Paulo; Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo; Fábio de Salles Meirelles, da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo; e Flávio Teles Menezes, da Sociedade Rural Brasileira (Industr. Desenv., 1985, p.5). O documento foi entregue a Sarney no dia 9 de maio de 1985.

Em fins de 1985, como vimos, o empresariado financeiro organizou sua confederação (CNF), e Bornhausen, no discurso de posse, fez um chamado ao empresariado no sentido de convergir sua ação na defesa dos interesses comuns. Os empresários de todos os setores deveriam "atuar conjuntamente, de forma coesa e unificada" na defesa dos objetivos da iniciativa privada" numa economia de mercado socialmente responsável" (BORNHAUSEN, 1985a). Tenhamos presente que, em 1986, o empresariado buscou uma articulação mínima, através da União Brasileira de Empresários, para defender seus interesses na elaboração da Carta Magna. Embora tenham logrado consenso em torno de alguns princípios mais gerais, os empresários não conseguiram vencer divergências em questões mais pontuais.

Em 1988, algumas críticas do Presidente da FEBRABAN e da FENABAN a certas definições adotadas pela Constituinte indicavam também divergências com outros posicionamentos empresariais. Segundo Diniz (1988b), tais definições eram "(...) contrárias ao progresso do País, como as distinções insustentáveis entre empresa nacional e estrangeira, a consagração do princípio da reserva de mercado e outras decisões que afastam o capital estrangeiro do Brasil". Diniz (1988a) repudiou veementemente a limitação da taxa de juros reais em 12% ao ano, estabelecida pela Constituição, posicionamento este reforçado por Cochrane em 1990: "(...) limitação de juros não pode ser matéria constitucional" (COCHRANE JÚNIO, 1990).

A crítica à reserva de mercado, especialmente ao da informática, foi mantida também por Cochrane Júnior, Presidente da FEBRABAN. Esse posicionamento, contudo, não era compartilhado pelos setores financeiros, que encontravam exatamente na reserva de mercado um de seus campos de investimento e acumulação (as instituições financeiras que mantêm empresas de informática).

Apesar de uma aparente unidade discursiva presente no momento da transição para o governo civil, os bancos passaram a ser novamente alvo de fortes críticas no final dos anos 80. Com efeito, os próprios banqueiros reconhecem que, com o fracasso do Plano Cruzado e, posteriormente, do Plano Bresser, o processo inflacionário gerou muito lucro para os bancos (COCHRANE JÚNIO, 1989).

Nesse contexto, Cochrane (1989) admitiu que a imagem do sistema perante a opinião pública continuava "péssima". No final do Governo Sarney, o discurso do líder empresarial buscou rebater as críticas ao sistema em termos defensivos e transferindo a responsabilidade pelas altas taxas de juros às políticas governamentais. "Passamos a ser o alvo de críticas de pessoas em função de uma política que não foi feita por nós" (COCHRANE JÚNIO, 1989). E, ainda, "(...) os juros estão elevados por força da política monetária e não do desejo dos bancos (...) " (COCHRANE JÚNIO, 1989c), posição reafirmada no final de 1989, em entrevista à revista *Veja*, num momento de acelerada especulação financeira (COCHRANE JÚNIO, 1989k). Para Cochrane, o setor financeiro seria apenas o "bode expiatório". Em janeiro de 1990, agregou uma explicação de caráter político — os juros estavam altos durante o Governo Sarney devido ao descrédito do Governo —, mas foi otimista em suas previsões: "No novo governo [Collor], a tendência **natural** (grifo nosso) dos juros é cair" (COCHRANE JÚNIO, 1990).

O discurso de Cochrane em relação aos demais segmentos empresariais parece enfatizar mais uma busca de unidade mínima para desenvolver uma ação coordenada que respaldasse os interesses do conjunto do setor. Conclamou em 1989, por exemplo, uma "reação da elite" para enfrentar a crise, organizar-se e "pensar na Nação":

"Temos que lutar juntos com outras entidades empresariais, com as autoridades responsáveis, com os políticos lúcidos em benefício de uma democracia mais justa e de uma vida melhor para todos" (COCHRANE JÚNIOR, 1989a).

Faltando seis meses para o término do Governo Sarney, Cochrane considerava o período como crítico e defendeu uma unidade das "forças vivas da Nação" em torno de uma "agenda mínima" que procurasse garantir uma estabilidade monetária e financeira e, ao mesmo tempo, "(...) adiasse os conflitos distributivos pessoais, setoriais e funcionais para o futuro" (COCHRANE JÚNIOR, 1989f).

Na realidade, a proposta de uma agenda mínima não parece ter ultrapassado as declarações mais genéricas em torno de alguns postulados neoliberais, e a proposta de adiar o conflito distributivo era feita numa hora em que o setor financeiro se encontrava altamente favorecido em relação aos demais segmentos sociais, incluindo-se alguns setores empresariais. Observe-se, também, que esse discurso, que busca evitar o conflito, se apresentava na conjuntura eleitoral presidencial, na qual o empresariado encontrava dificuldade para convergir seu posicionamento em torno a um candidato consensual.

Durante o Governo Collor, o Presidente da FEBRABAN procurou convencer seus interlocutores de que uma "(...) conjuntura de dinheiro caro é desfavorável ao sistema bancário" e de que a "inquietação e insegurança" geradas pela conjuntura de dinheiro escasso e elevadas taxas de juros se estendem não apenas aos "setores produtivos e comerciais", mas também aos "intermediadores de capital" (COCHRANE JÚNIOR, 1990e). Cochrane reafirmava que os bancos não têm interesse na inflação e nem são responsáveis pelas altas taxas de juros, mas reconhecia que "(...) a inflação e os juros altos beneficiavam não somente os bancos, mas todas as empresas e pessoas capitalizadas" (COCHRANE JÚNIOR, 1990d).

Enquanto Cochrane Júnior enfatizava essa tese ao longo de seu mandato, seu sucessor à frente da FEBRABAN, Alcides Tápias, insistia que uma das causas básicas dos juros altos era a "excessiva carga tributária" (TÁPIAS, 1991). Nessa questão, o empresariado financeiro também converge com a demanda formulada por outros segmentos empresariais. O excesso de tributos ocasiona juros altos que inviabilizam o financiamento da produção. Assim, diz Tápias (1991), "(...) bancos e sistema produtivo têm interesses comuns (...)".

Esse posicionamento foi reafirmado ao longo de 1992: "(...) a tributação atual cria graves distorções na alocação de recursos" e a "(...) coleção de tributos deve ser reexaminada" (TÁPIAS, 1992a). As taxas de juros "distorcidas pela excessiva carga tributária" comprometem a competitividade das empresas que financiam suas atividades (TÁPIAS, 1992b). Para Tápias, o dinheiro que financiará a retomada do desenvolvimento virá do equilíbrio das finanças públicas e da "gradual redução tributária". Tápias sugere, também, uma "cruzada nacional contra a sonegação", pois, em sua

avaliação, o contribuinte ficaria estimulado a pagar os impostos se suas alíquotas diminuíssem à proporção que a sonegação diminua (TÁPIAS, 1992g; 1992h).³⁷

A liderança da representação formal máxima dos bancos soma-se à luta deflagrada, pelos empresários, por uma reforma fiscal cujos princípios básicos parecem ser a simplificação e a diminuição de impostos; transfere, portanto, mais uma vez para o Governo a responsabilidade pela questão das taxas de juros, fugindo a um confronto discursivo com os demais segmentos empresariais.

Cabe aqui refletirmos sobre a grande capacidade que o empresariado tem para influir na definição da agenda política das discussões nacionais. Os temas, as interpretações e as alternativas apontadas pelo empresariado ganham enorme eco através da mídia e acabam exercendo forte pressão, influência ou determinação na definição das políticas públicas.

A "revolta dos pequenos"

Uma análise do posicionamento adotado pelos presidentes da ABBC, desde sua fundação em 1983, indica poucas manifestações relacionadas com os demais empresários. O que podemos perceber, no entanto, são constantes manifestações críticas em relação aos grandes empresários do sistema financeiro. O ponto central dessa avaliação se relaciona ao papel oligopólico desempenhado pelos grandes bancos e, no surgimento da Associação, à crítica aos privilégios e aos poderes políticos que um grupo reduzido de grandes banqueiros possuía.

Em discurso pronunciado durante reunião dos pequenos e médios bancos, prévia à formação da Associação, Simeira Jacob — do Grupo Fenícia e que seria o primeiro Presidente — declarava abertamente a "predominância do poder político" sobre a atividade econômica dentro do sistema financeiro. Para ele, além da alarmante concentração dos "negócios bancários", o domínio da informação — "(...) quer pelo controle da tecnologia, quer pelo controle político — colocará as pequenas instituições no simples papel de 'legitimar' a existência da livre iniciativa no setor". Concluindo, afirmava que deveria "(...) ser restabelecido um regime de concorrência menos imperfeita no sistema bancário" (JACOB, 1982; 1983; 1983a; 1984).

Jacob (1993) referiu-se ao período da fundação da ABBC nos seguintes termos:

"Quando os bancos estavam divididos em **duas categorias**: a que **privava do convívio com as autoridades** — influenciando as decisões, informando-se em primeira mão, cuidando exclusivamente das soluções adequadas às suas estruturas e vocações. E do outro lado do balcão, defendendo-se como

³⁷ Uma crítica à carga tributária também aparece no discurso de Bornhausen em 1988: "(...) a sociedade brasileira precisa pagar menos impostos e receber mais e melhores serviços do Governo" (BORNHAUSEN, 1988c). Ver também Bornhausen (1988). Porém esse empresário não enfatiza a relação carga tributária/taxa de juros, como o faz Tápias — embora, no depoimento prestado à CPI, mencione a participação da carga tributária na composição da taxa de juros.

heróis guerrilheiros, em condições de absoluta desigualdade, parecendo em tudo com uma nova Canudos, os outros (grifos nossos). A política econômica — no dizer de um grande senhor da época — era decidida por cinco grandes, e tudo caminhava muito bem".

Em 1990, o Presidente da ABBC indicava que "a concentração em torno dos grandes bancos" se mostrava "relevante e muitas vezes sufocante", mas avaliava que a presença de novos bancos no mercado seria "favorável à prática de um regime mais competitivo" (CAMPOS, 1990; 1990h).

Campos (1990) considera que, durante a década de 80, os bancos foram duramente criticados pelos "outros agentes econômicos". E procurou contestar as críticas:

"Os críticos argumentam com o fato de que o setor financeiro detinha, há vinte anos, 5% do PIB e hoje detém cerca de 14%. Esquecem-se do pioneirismo do setor, deixam de lado o fato de que a indústria financeira em todo o mundo tornou-se um setor de ponta que cresce com maior velocidade, desenvolvendo-se tecnicamente como poucos, e contribui de forma decisiva para a economia das nações. (...) O setor dá lucro? Sim, mas será o lucro o único fruto desta árvore? O mais de meio milhão de empregos diretos e criados o transformam em um dos setores mais importantes da economia no panorama de empregos do país. (...) O empresário financeiro não é diferente dos demais empresários (...) o lucro é indispensável". Ver, também, Campos (1990b; 1990c; 1990f).

Campos considera, ainda, que os bancos foram os mais prejudicados pelos diferentes planos econômicos adotados pelo Governo (CAMPOS, 1990d; 1990f) e, convergindo com os demais presidentes da ABBC, esse empresário defendeu um tratamento diferenciado para os pequenos e médios bancos: "O Governo vem tratando todos os bancos como se fossem iguais (...) é preciso que haja tratamento desigual para instituições desiguais" (CAMPOS, 1990c; 1990a; 1990f; 1990h).

No entanto havia diferenças importantes entre a FEBRABAN e a ABBC na questão dos pequenos e médios bancos, pois o Presidente da Federação defendia, em janeiro de 1990, um "tratamento igual para os bancos, **independentemente do tamanho e da nacionalidade** (grifo nosso)" (COCHRANE JÚNIOR, 1990; Inf. FEBRABAN/FENABAN, 1990, p.5).

2.3 - Os trabalhadores entram em cena ... ou no discurso

Para uma melhor compreensão das manifestações do empresariado financeiro ao longo dos anos 80, é necessário contextualizar ou apresentar algumas informações básicas sobre os trabalhadores bancários, destacando algumas características de sua condição laboral e de sua organização sindical.

A evolução do número de trabalhadores dentro do sistema bancário apresentou-se ascendente até 1986. A partir do Plano Cruzado, no entanto, os bancos buscaram adaptar-se à nova conjuntura econômica, e o número de trabalhadores bancários

reduziu-se drasticamente. No início dos anos 90, praticamente se mantém o mesmo número de trabalhadores existentes em meados da década de 80.

Uma das características do sistema é apresentar altas taxas de rotatividade. Em 1986, segundo dados da RAIS, 40% dos bancários atuavam há menos de dois anos na empresa. Dados sobre níveis salariais indicavam que, em meados dos anos 80, 61% do total da categoria na Grande São Paulo ganhavam até três salários mínimos (BLASS, 1992, p.42,44).

Historicamente, os trabalhadores bancários têm se caracterizado por um considerável grau de mobilização e de organização. A partir de 1964, foram duramente atingidos pela perseguição de suas lideranças e pela intervenção em seus sindicatos. Durante a década de 70, o setor bancário foi incluído entre as atividades essenciais, nas quais as greves ficavam proibidas (entre os Ministros que assinaram esse decreto, encontravam-se, à época, dois banqueiros), e o movimento em geral parece ter seguido as tendências verificadas em outros setores assalariados.

No final dos anos 70 (1978 e 1979), no entanto, os bancários promoveram paralisações parciais em várias cidades brasileiras, demandando reajustes salariais. Em 1979, num contexto político especial (volta dos exilados, reforma partidária, vários movimentos grevistas), os trabalhadores organizados na oposição sindical ganharam as eleições no Sindicato dos Bancários de São Paulo. Em setembro desse ano, o Governo reagiu à greve dos bancários com aparato policial e aplicou a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Greve, enquadrando diretores, que foram afastados da direção sindical. Os Presidentes dos Sindicatos dos Bancários de Porto Alegre e de Belo Horizonte foram presos e processados (BLASS, 1992, p.74-77).

Na avaliação de Blass (1992, p.77), o movimento grevista de 1979, "(...) apesar de obter algumas conquistas, permanece na memória coletiva de bancários e bancárias associado às idéias de derrota, fracasso, repressão policial e patronal". Segundo a autora, "essas imagens" seriam evocadas nos anos posteriores e criariam dificuldades para o envolvimento dos trabalhadores nas mobilizações grevistas posteriores.

À véspera da greve geral de 21 de julho de 1983, os bancários de São Paulo "(...) reconhecidamente sem condições de paralisar suas atividades nesse dia, têm sua entidade sindical invadida pela Polícia Federal", e o Governo decretou a intervenção no Sindicato, que se estenderia por um período de 20 meses. Eleições foram convocadas para janeiro de 1985 (BLASS, 1992, p.99).

Nessa época, o Ministro do Trabalho era Murillo Macedo, vinculado ao Banco Nacional, e os interventores nomeados — segundo Blass — eram funcionários dos bancos BRADESCO, Noroeste e Banco de Crédito Nacional, "(...) que já haviam participado de negociações coletivas como representantes dos banqueiros". Posteriormente, um funcionário do Ministério substituiu essa junta interventora (BLASS, 1992, p.99-100).

Em setembro de 1985, os bancários realizaram uma greve nacional de três dias (11, 12 e 13), incluindo a participação dos trabalhadores dos bancos públicos. Enquanto negavam a existência de um impasse nas negociações prévias, os banqueiros encaminhavam o pedido de dissídio coletivo aos Tribunais Regionais do Trabalho. Segundo Blass (1992, p.134), os bancários tentavam evitar esse caminho, forçando a negociação direta com os empresários, mas as audiências realizaram-se, e ora os bancários não aceitavam as propostas da Justiça, ora os banqueiros as rejeitavam.

Ensaio, FEE, Porto Alegre, (15)2:505-546, 1994

Ainda segundo Blass, a FENABAN subestimou a adesão à greve e revelou "pouca experiência política em lidar diretamente com conflitos trabalhistas". Os banqueiros demandavam uma maior intervenção policial e acusavam os governadores de estarem pactuando com os objetivos dos grevistas. Segundo informativo da Associação de Bancos do Rio de Janeiro, a omissão dos governadores

"(...) indiretamente estimulava o piquetismo e, com isso, desvirtuava a trajetória do nosso desenvolvimento. Chegou a hora de colocarmos um basta em todo e qualquer tipo de violência. Afinal, não foi esse o compromisso básico da Nova República?" (apud BLASS, 1992, p.150).

Mas a paralisação de 1985 obrigaria os banqueiros a "(...) adotarem posturas diferentes em situações futuras, indicando os efeitos desse movimento grevista no interior do segmento patronal" (BLASS, 1992, p.135).

Algumas fontes consideraram a greve de 1985 como o "mais importante movimento com objetivos salariais registrado no País pós 64" e atribuíam isso "à unidade das lideranças num comando nacional e à unificação da data-base em 1^o de setembro", que teria permitido abranger a quase-totalidade dos 700 mil bancários (FSP, 11.9.86 apud VAZQUEZ, 1988, p.4).

No término de seu mandato à frente das federações dos bancos, em janeiro de 1986, Bornhausen considerou que administrara de "maneira razoável" as "pressões sociais tanto resultantes da crise econômica como por ela exacerbadas". E, referindo-se especificamente aos trabalhadores (BORNHAUSEN, 1986):

"(...) enfrentamos amplo, aguerrido e na maior parte das vezes radical movimento trabalhista; estamos assistindo a um despertar abrupto e vasto de consciência reivindicatória por todo o País, muitas vezes deturpado e tumultuado por aproveitadores de toda a sorte".

Bornhausen considerou que mesmo a "momentosa greve dos bancários" (greve de 1985) não impediu que as entidades empresariais "(...) mantivessem uma atuação equilibrada e adequada". Considerou, ainda, que "(...) o grevismo insensato em atividades essenciais, como os bancos, é altamente danoso para toda a sociedade" (BORNHAUSEN, 1986). O confronto com os bancários levou a Federação a realizar intensas campanhas de comunicação com o público, e, durante sua gestão, Bornhausen criou uma superintendência trabalhista dentro da Federação.

Em 1983, Bornhausen havia manifestado sua convicção de que o Brasil não teria que "administrar emergências" caso fosse "garantido o acesso e a participação das forças produtivas — empresariais e assalariadas — na formulação da política econômica e nas decisões mais essenciais" (BORNHAUSEN, 1983a).

No período de 1986 a 1990, embora a ação unitária dos bancários a nível nacional sofresse algumas fissuras, ocorreram ainda fortes movimentos grevistas, como em setembro de 1986 e em março de 1987. Esta última, conhecida como a "greve dos nove dias", se caracterizou especialmente por se realizar fora da data-base da categoria (RODRIGUES, 1987, p.9; BLASS, 1992, p.182-183; VAZQUEZ, 1988, p.1-2).

A correção salarial (pela média) adotada pelo Plano Cruzado em 1986 atingiu especialmente os trabalhadores bancários, que aguardavam um reajuste em torno de

105% para março daquele ano (pelo sistema de semestralidade), ficando com apenas 62,44% pela nova sistemática. Além disso, para se adaptarem às condições criadas pelo Plano Cruzado, os bancos reduziram drasticamente o contingente de trabalhadores (VAZQUEZ, 1988, p.8; BORNHAUSEN, 1986a).³⁸

A reação dos banqueiros foi especialmente dura em relação à greve de 1987. A FENABAN recusou-se a realizar qualquer negociação prévia com os bancários e demandou constantemente a intervenção governamental no movimento. Segundo Rodrigues, desde o início, a estratégia da FENABAN visou "(...) à derrota total da greve a fim de dar uma lição aos sindicatos bancários e às suas lideranças mais radicais" (RODRIGUES, 1987, p.12). A Federação adotou ações intimidatórias (ameaças de demissões logo que se declarasse a ilegalidade da greve), tratou de "desmoralizar" os bancários "depreciando sua capacidade de pressão" e tratou de captar apoios externos junto à opinião pública e ao Governo (RODRIGUES, 1987, p.12-13).

Apesar das manifestações e das ações governamentais contra o movimento grevista dos bancários em 1987, setores patronais consideraram as autoridades omissas: para Baía Sobrinho, que acabara de deixar a direção da ABBC, a greve era ilegal e contava com o "(...) beneplácito das autoridades que assistem de camarote o que ocorre na galera, aguardando uma 'solução natural para um problema anormal'" (BAIA SOBRINHO, 1987).³⁹

As manifestações desse empresário, de alguma forma, sintetizam um padrão discursivo característico do empresariado financeiro. Por um lado, a resistência em aceitar uma arena de negociação sem um papel interventor do Estado e, por outro, a dificuldade em reconhecer e aceitar o conflito — especialmente no campo das relações trabalhistas — como um elemento característico da própria sociedade capitalista.

Outras manifestações ocorridas a partir de 1988 tendem a desqualificar certos segmentos, como o dos trabalhadores do setor público em geral (BORNHAUSEN, 1988; 1988b; 1988c), e a manter um posicionamento que procura deslegitimar as demandas e as formas de ação dos bancários (BORNHAUSEN, 1988). Ao mesmo tempo, manifesta-se um discurso que enfatiza um chamado à colaboração entre capital e trabalho (CAMPOS, 1988b; DINIZ, 1988c). Manifestações nessa direção estavam muito presentes também no discurso do Presidente das Federações, no início dos anos 90, como veremos mais adiante.

Em relação aos trabalhadores do setor público, a crítica dirige-se à "ineficiência" e ao "empreguismo", que, para Bornhausen, já ultrapassara as "fronteiras do suportável", e previa que, para 1989, isso poderia "(...) levar o governo da União à inviabilidade, caso a operação desmonte (...) não seja firmemente executada" (BORNHAUSEN, 1988b). Essa política de "desmonte" foi adotada pelo Presidente Collor no início do seu governo.

³⁸ Para uma análise das implicações do Plano Cruzado no sistema financeiro, ver, dentre outros, Teixeira & Braga (1987); Almeida (1988); FUNDAP (1988, p.87-156); Costa & Goldenstein (1987, p.129-159); Assis (1986).

³⁹ Em 1988, Baía Sobrinho condenou algumas propostas que estavam sendo incorporadas à Constituição, como as 44 horas semanais de trabalho, os 120 dias de licença-gestante e a licença-paternidade. (BAIA SOBRINHO, 1988).

Quando Léo Cochrane Júnior assumiu o comando das federações de bancos em 1989, seu discurso prometia aos bancários um "diálogo franco e aberto (...) para melhorar as relações trabalhistas" (COCHRANE JÚNIOR, 1989a). No mesmo mês da posse, os bancários entraram em greve. Na avaliação desse banqueiro, a Federação "se deu bem" nas negociações com os mesmos, "(...) porque antecipou as reivindicações do sindicato". E "para facilitar" as futuras negociações, ampliou-se uma comissão de renegociação que existia dentro da FEBRABAN. Para ele, "(...) nessa comissão discute-se tudo com os bancários", mas reconhecia que tais negociações representavam um "processo muito complicado" (COCHRANE JÚNIOR, 1989j). E, ainda: "(...) precisamos, tanto banqueiros quanto bancários, considerar que temos muitos objetivos comuns" (COCHRANE JÚNIOR, 1989c).

Esse discurso de maior aproximação com os bancários se apresentou com maior frequência nas manifestações de Alcides Tápias (1991), que assumiu o comando das Federações em 1991. Em seu discurso de posse expressou:

"Capital e trabalho (...) são aliados (...) na luta pelo desenvolvimento. Esta aliança entre empresários e trabalhadores é fundamental no conjunto das forças da sociedade brasileira, aí incluídos o setor bancário (...) Temos que avançar (...) para negociações salariais regidas pelos critérios de uma real produtividade e (...) pelo desempenho da economia como um todo. (...) a liberdade de negociar salários e condições de trabalho é a argamassa essencial à construção de relações cada vez (...) mais duradouras e modernas, entre empregadores e empregados".

Em 1992, Tápias defendeu um "novo modelo de seguridade social, administrado por trabalhadores e empresários" (TÁPIAS, 1992) e sugeriu que uma cruzada nacional contra a sonegação fiscal devia ter o "apoio de entidades de classe empresariais e de trabalhadores" (TÁPIAS, 1992g).

O Presidente da ABBC, entre as poucas referências à questão do trabalho ou aos trabalhadores, afirmou que "(...) o desenvolvimento econômico e social de uma nação requer muito trabalho (...) e um confronto 'capital *versus* trabalho' maduro e objetivo" (CAMPOS, 1988b).⁴⁰ E posicionou-se a favor da livre negociação:

"A implantação de uma política salarial de livre negociação, sem o paternalismo da atuação do poder público, e na qual o baixo poder de barganha de alguns agentes econômicos — empresas ou trabalhadores — seria equacionado dentro da própria área sindical; o processo de tentativa e erro decorrente dessa política salarial constituir-se-ia num processo de aprendizagem e maturidade do cidadão, absolutamente inevitável, totalmente desejável e politicamente inadiável".

Na visão de Campos, os bancários são trabalhadores privilegiados dentro da realidade brasileira. Assim, os bancos estariam oferecendo "(...) uma das carreiras profissionais de maior estabilidade, de grandes possibilidades e bons salários, dotada de um poder quase único para estimular o desenvolvimento técnico da mão-de-obra" (CAMPOS, 1990).

⁴⁰ Para uma análise desse discurso no meio industrial, ver Nunes (1993, p.187-192).

Os elementos apresentados anteriormente permitem contextualizar a produção discursiva dos banqueiros no que se refere especialmente à sua relação com os trabalhadores bancários. Em termos gerais, como se pode perceber, não encontramos, ao longo dos anos 80 e no início dos 90, manifestações muito frequentes sobre esse tema. Na realidade, o mesmo ganha alguma ênfase discursiva nos momentos de maior mobilização dos trabalhadores. A avaliação feita pelos empresários financeiros sobre a organização e a atuação dos bancários tende a ser negativa, procurando deslegitimar as demandas — consideradas "excessivas", "prejudiciais ao País e ao setor" — e as lideranças — consideradas "radicais", "aproveitadoras", "minorias não representativas".

No entanto, nos limites das fontes analisadas, podemos perceber uma certa alteração discursiva. Em fins dos anos 80 e no início dos 90, o discurso dos representantes formais do empresariado financeiro parece enfatizar dois aspectos. Por um lado, a colaboração entre capital e trabalho — assumindo um discurso mais clássico da formação capitalista do ponto de vista da burguesia — e, por outro, uma ênfase nas negociações em que o Governo é afastado da intermediação, não cabendo ao mesmo um papel interventor (geralmente a favor do empresariado), tal como em outros momentos era exigido pelos banqueiros. O tema da livre negociação incorpora-se, pois, à agenda do empresariado financeiro.

Em princípio, esse discurso parece mais coerente com a postura liberal ou neoliberal assumida pelo empresariado financeiro e fortalecida tanto pela discussão mais geral sobre legislação trabalhista no País quanto pela ação prática do Governo no processo de privatização das empresas estatais.

Conclusão

A título de conclusão, relacionamos algumas observações com base nas fontes analisadas. Inicialmente, cabe questionar sobre a possibilidade de generalizar esta análise ao conjunto do empresariado financeiro. O fato de os líderes dos órgãos de representação terem assumido — em maior ou menor grau — um discurso liberal ou neoliberal não indica, necessariamente, que o mesmo possa ser atribuído aos demais empresários financeiros. Mesmo entre os banqueiros analisados, podemos encontrar ênfases diferenciadas sobre o tema.

Contudo são tais empresários que assumem o comando dos órgãos de representação e, portanto, em alguma medida, sugerem uma certa influência ou hegemonia do pensamento liberal durante os anos 80. Em particular, dois casos (Bornhausen do UNIBANCO e Campos do Bozzano Simonsen) revelam um persistente discurso e uma militância no campo do (neo)liberalismo, tanto a partir do comando dos órgãos de representação corporativa e extracorporativa como através de organizações político-ideológicas (Instituto Liberal).

É interessante observar que alguns dos empresários (Bornhausen, Campos e Tápias, por exemplo) que assumem de forma mais explícita o discurso e a ação dentro do campo do (neo)liberalismo apresentam algumas características comuns em relação à sua prática e ao grupo empresarial ao qual estão vinculados: (a) constante participação na gestão das entidades de representação do setor; (b) significativa rede de relações

políticas; (c) fortes investimentos no setor não financeiro, constituindo-se em grandes grupos privados; (d) estreitos laços com o capital financeiro internacional; e (e) participação direta no processo de privatização das empresas estatais. O discurso em defesa da privatização, portanto, representa muito mais do que simples coerência com um corpo doutrinário liberal.

A relativa convergência em torno das linhas gerais do modelo (neo)liberal não afasta, porém, as "divergências setoriais e os desencontros entre discurso e prática política", quando são necessárias definições das políticas relativas às diferentes áreas" (DINIZ, 1991, p.353-354). No caso particular de alguns grandes empresários do setor financeiro, tais desencontros revelam a diversidade de interesses setoriais das próprias inversões. A defesa de tratamento diferenciado para pequenos e médios bancos não é necessariamente estendida às empresas de tal porte no setor não financeiro, onde o grupo atua como grande empresa. O ataque à reserva de mercado — especialmente ao de informática — divide os empresários financeiros, pois, exatamente nessa reserva, alguns deles encontraram um importante campo de acumulação.

A análise revela uma característica constatada também no discurso do empresariado de outros setores. Trata-se da "idealização" da estratégia (neo)liberal, apresentada como alternativa para a resolução de todos os problemas do capitalismo no País (DINIZ, 1991, p.350).

Em relação aos demais segmentos que participam da complexa rede de relações econômicas, sociais e políticas, constata-se a dificuldade do empresariado financeiro em reconhecer a existência e, principalmente, a legitimidade de outros interesses e sujeitos sociais.

Quanto a seus pares burgueses, os elementos revelados pelo discurso apontam uma dificuldade até em examinar a hipótese de sua possível responsabilidade na condução econômica e política que tivesse contribuído para aumentar os problemas do País. Ao mesmo tempo, esse empresariado nega ter obtido benefícios nesse contexto de crise, ou, quando muito, indica que as vantagens alcançadas foram compartilhadas com outros segmentos sociais, principalmente empresariais. Rejeita, portanto, as críticas do setor não financeiro, negando evidências de sua participação na manutenção de condicionantes do sistema de crédito. A estratégia discursiva adotada foi transferir para a esfera das políticas governamentais toda a responsabilidade pela crise existente no País. A possível influência do empresariado financeiro na elaboração dessa mesma política e/ou sua capacidade de neutralizar ou vetar políticas alternativas, obviamente, não é posta em discussão.

Ao que tudo indica, o empresariado financeiro obteve um certo êxito nesse discurso, na medida em que, no contexto de um "clima" discursivo fortemente influenciado pelas idéias (neo)liberais, os representantes de outros segmentos empresariais adotaram o mesmo posicionamento, logrando-se, pois, uma aparente unidade discursiva.

Assim, o empresariado financeiro apresenta-se com um discurso fortemente marcado por uma tendência explicativa nitidamente **unicausal** (o déficit público) para abordar um fenômeno complexo de crise econômica e social. A consequência dessa interpretação é uma proposição ortodoxa simplista para a saída da crise. Talvez inspirados na concepção da ideologia liberal, segundo a qual a crise econômica é considerada apenas um desequilíbrio passageiro, onde as fontes perturbadoras dos

'agentes naturais do mercado" — em geral o Estado — são responsabilizadas (BRUNHOFF, 1991, p.7-18), o empresariado "comodamente" evita realizar ou admitir uma análise mais profunda da crise do País.

Essa explicação unicausal, se bem permite uma convergência discursiva, também expressa uma debilidade analítica sobre uma realidade complexa, cujo resultado (intencional ou não) é um certo ocultamento dessa mesma realidade. Ao mesmo tempo, tende a gerar um artificialismo discursivo, que posterga uma negociação efetiva dos interesses corporativos e políticos em torno dos quais nenhum segmento ou grupo empresarial parece querer fazer concessão alguma. Isso, somado à dificuldade em reconhecer a legitimidade e as demandas de outros sujeitos sociais, talvez ajude a entender as debilidades das tentativas de "acordos" ou "pactos sociais".

O empresariado financeiro — nos limites dos textos analisados — expressou dificuldade em conviver com o ressurgimento de um movimento sindical mais ativo, principalmente no primeiro lustro da década. Assim, requereu constantemente a intervenção estatal, seja como mediadora das negociações, seja para romper ou paralisar os órgãos de representação e a ação coletiva dos bancários. Conforme observou Blass (1992, p.150-151), os mesmos banqueiros que condenam a intervenção do Estado na sociedade brasileira exigem uma atitude intervencionista frente ao conflito trabalhista.⁴¹

A nível discursivo, os empresários tentaram desqualificar o movimento dos bancários e deslegitimar suas demandas e lideranças ("radicais", "deturpadas", "aproveitadoras", "disvirtuam o desenvolvimento", "contra os interesse do País" são algumas expressões utilizadas para se referirem à questão).

Os artigos analisados permitem, ainda, verificar uma mudança importante nesse posicionamento, a julgar por algumas manifestações ocorridas no final dos anos 80 e principalmente no início dos anos 90. Seus indicadores são: a insistência no chamado à "colaboração de classe entre capital e trabalho" e a defesa da livre negociação entre empresários e trabalhadores.

Em termos gerais, parece importante reconhecer que o empresariado financeiro — ou pelo menos alguns de seus principais representantes —, não só tem adotado um posicionamento (neo)liberal, mas também uma postura ativa quanto à sua divulgação. Nessa direção, os dados apontam a hipótese de uma possível ação coordenada de um núcleo empresarial (do qual o Instituto Liberal seria uma das expressões centrais), com o objetivo de manter o comando dos principais órgãos de representação do empresariado financeiro do País. Além disso, tais empresários têm pressionado o Governo no sentido de adotar políticas econômicas condizentes com os postulados mais gerais desse liberalismo, embora muitas vezes suas demandas específicas se afastem do mesmo. E, sem dúvida, a experiência comprova que esse empresariado dispõe de apreciáveis instrumentos de poder, recursos financeiros e capacidade organizacional para atuar em defesa de seus interesses.

⁴¹ Esse discurso segue um padrão semelhante ao de empresários de outros setores, como, por exemplo, da indústria metalúrgica durante a greve de abril de 1985 no ABC (BLASS, 1992, p.151).

Bibliografia

- ALMEIDA, Júlio Gomes de, coord. (1988). **Sistema bancário público e privado; mudanças na estrutura de recursos e tendências de custo e lucro 1985/87**. São Paulo: IESP/FUNDAP. (Texto para discussão, 13).
- ASSIS, J. Carlos de (1986). **À sombra do cruzado: o impacto da reforma monetária sobre o sistema bancário**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ATLAS FINANCEIRO DO BRASIL (1981). Rio de Janeiro: Interinvest.
- ATLAS FINANCEIRO DO BRASIL (1988). Rio de Janeiro: Interinvest.
- BAIA SOBRINHO, José (1987). O caos se aproxima. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 abr.
- BAIA SOBRINHO, José (1988). Constituinte e inflação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun.
- BARROS, Octávio de (1993). O ajustamento externo dos anos 80 diante das principais transformações em curso no cenário mundial:... In: SANTOS FILHO, M., org. **Instabilidade Econômica; moeda e finanças**. São Paulo: HUCITEC.
- BLASS, Leila M. da Silva (1992). **Estamos em greve: imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários**. São Paulo: HUCITEC/Sindicato dos Bancários de São Paulo.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (1992). Brasília, v.29, n.10, p.19, out.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1979). O que impede a redução das taxas de juro. **Exame**, São Paulo: Abril, n.171, p.30-31, 14 mar.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1979a). **Empresários e estado na economia brasileira**. Palestra na ADVB. 30 ago.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1982). **Dificuldades econômicas: sua causa básica**. Porto Alegre. Palestra na ADVB. maio.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1982a). **Palestra**. 29 set.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1982b). **A política econômico-financeira e a problemática do custo do dinheiro**. São Paulo: Clube Nacional. 21 out. Palestra para Câmara Chilena. (mimeo).
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1983). **Discurso de posse na FEBRABAN/FENABAN**. mar.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1983a). **Palestra**. Florianópolis: Assembléia Legislativa de Santa Catarina. 3 maio. (mimeo).
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1983b). Estatização dos bancos ou mudança de regime? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 maio.

- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1984). **Palestra**. (Seminário das Indústrias de Cortumr RS, 7; mimeo).
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1984a). Como revigorar a iniciativa privada. **Revista Legenda**. mar.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1984b). O estado e a livre iniciativa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 maio.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1984c). Estado e iniciativa privada: as relações ambíguas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 jul.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1984d). Os diversos enfoques sobre as relações estado-livre empresa. **Digesto Econômico**, jul./ago.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1984e). **Estado e iniciativa privada**. Movimento Nacional pela Livre Iniciativa. jun.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1984f). **Palestra**. 24 out.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1984g). Os riscos da desindexação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 out.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1984h). **A questão da dívida interna**. Florianópolis: UFSC. 24 out. Palestra no Forum da Economia Brasileira, ESAG. (mimeo).
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1984i). Ajustamento da economia exige controle do déficit. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 nov.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1984j). **A intervenção do Estado e seu quadro empresarial**. São Paulo: FIESP. 12 dez. Palestra no Seminário A Intervenção do Estado na Economia (mimeo).
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1985). A questão dos juros. **Revista Parceiro Econômico**, n.4, out.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1985a). **Discurso de posse na CNF**. Superintendencia das Relações Externas da CNF. 4 dez.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1985b). **Sistema financeiro nacional: evolução e funcionamento**. Brasília. 25 set. Depoimento na CPI do Sistema Bancário e Financeiro Nacional.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1986). Discurso de término de mandato. **Relatório de Atividades**, Febraban. jan.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1986a). **Painel sobre os impactos ao programa de estabilização monetária**. Rio de Janeiro: ABAMEC. 22 ago. (mimeo).
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1988). Gasto público e cidadania. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 maio.

- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1988a). **As idéias liberais e a economia brasileira**. Palestra de posse na diretoria do IBEF. 16 ago.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1988b). A favor ou contra a sociedade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 ago.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1988c). Menos impostos, mais serviços. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 set.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1988d). **Liberalismo**: alternativa para a economia. Conferência na Câmara Americana de Comercio para o Brasil. 22 nov.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1991). **O Brasil é viável?** Palestra no IBEF. 7 jun.
- BORNHAUSEN, Roberto Konder (1991a). Reflexões sobre o Brasil. **Cadernos do RS**, n.18, 19 jun.
- BRADERCO (1993). **50 anos do BRADERCO**. São Paulo. (Informe publicitário).
- BRAGA, José C. de Souza (1992). **A financeirização da riqueza**: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. São Paulo: IESP/FUNDAP. (Texto para discussão, 5).
- BRUNHOFF, Suzane de (1991). **A hora do mercado**: crítica do liberalismo. São Paulo: UNESP.
- CAMÕES, Elmo (1986). A reforma monetária e os bancos médios e pequenos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 maio.
- CAMÕES, Elmo (1986a). Devemos ser confiantes. **O País**, p.4, 16 mar.
- CAMÕES, Elmo (1987). Privatização e internacionalização da economia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 jul.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1987). Livre iniciativa. **Notícias ABBC**, abr.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1988). Revogaram a lei da oferta e da procura. **Notícias ABBC**, abr./maio.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1988a). Tabelação de juros: supressão ou retrocesso. **Notícias ABBC**, jun./jul.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1988b). Constituinte - o "menos" ou o "mais"? **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 4 ago.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1988c). Vamos ampliar a força da União. **Notícias ABBC**, ago/set.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1988d). Novo presidente, mesma filosofia. **Notícias ABBC**, n.12, fev./mar.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1989). A democracia depende da livre iniciativa. **Notícias ABBC**, abr.

- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1989a). Integração expansão e privatização. Marcos da atuação da ABBC em 1989. **Notícias ABBC**, dez.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1990). Bancos, banqueiros e bancários. **Bancos Hoje**, jan.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1990a). ABBC defende a integração do setor financeiro. **Banco Hoje**, fev.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1990b). A agilidade dos bancos. **Notícias ABBC**; **Banco Hoje**. abr.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1990c). Bancos reagem aos certificados de privatizações. **Bancos Hoje**, maio.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1990d). O país precisa voltar a trabalhar. **Banco Hoje**, jun.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1990e). Novos tempos. **Notícias ABBC**, jul.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1990f). Commercial Paper: surgirá novo cartel? **Banco Hoje**, set.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1990f). Os críticos serão surpreendidos. **Bancos Hoje**, jul.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1990g). Commercial Paper: surgirá novo cartel? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 out.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1990h). Sem inflação: tempo para criar e produzir. **Notícias ABBC**, out.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1990i). Concentração bancária: um bem ou mal? **Notícias ABBC**, out.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1991). Cumpridas as metas do biênio 89/90. **Notícias ABBC**, jan./fev.
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1991a). Bancos: a luta por uma presença menor do Estado na economia brasileira. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 15 mar. (Declarações a Carlos Dias).
- CAMPOS, José Carlos Jacinto de (1991b). Mais capital para os bancos. **Notícias ABBC**, maio.
- CARTA de Macéio (27.11.82). (Documento final da reunião de pequenos e médios bancos; mimeo).
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1989). Cochrane quer mudar a imagem dos bancos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 fev. (Entrevista).
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1989a). **A visão dos bancos**. FEBRABAN/FENABAN. (Discurso de posse). 2 mar.

- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1989b). Esta é a República dos insatisfeitos e dos incomodados. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 18 maio.
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1989c). Os erros não são só nossos. **Banco Hoje**, abr. (Entrevista).
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1989d). Coragem para mudar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 jul.
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1989e). As regras do jogo. **Perfil Econômico**, 25 jul.
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1989f). **Os desafios econômicos brasileiros**. 23 ago. (Seminário Economia Brasileira: a retomada do desenvolvimento Federação do Comércio do Estado de São Paulo; mimeo).
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1989g). As distorções. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 set.
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1989h). Década perdida? **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 out.
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1989j). O banqueiro sem diploma. **Exame Vip**, São Paulo: Abril, v.4, n.11, p.20-25, 29 nov.
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1989k). O PT não mete medo. **Veja**, São Paulo: Abril, v.22, n.48, p.5-8, 6 dez. (Entrevista a Luiz Roberto Serrano).
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1990a). Os bancos sem inflação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 abr.
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1990b). Bancos: o "tiro" não foi tão certeiro assim. **Visão**, São Paulo, v.39, n.9-27, p.30-33, 4 jul.
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1990c). Privatização, em ritmo certo e sem atropelos. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 jul.
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1990d). Febraban quer menos inflação e menos normas. **Banco Hoje**, out.
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1990e). País precisa de ajuste com atendimento para enfrentar nova realidade. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 10 nov.
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1991). Cochrane: só inflação controlada trará crédito a prazo longo. **Banco Hoje**, abr. (Entrevista).
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1989i). **Pronunciamento na Associação Comercial**. Porto Alegre, 1 nov.
- COCHRANE JÚNIOR, Leo Wallace (1990). Os bancos já estão mudando. **Banco Hoje**, jan.
- COELHO, Jaime (1993). **Bancos comerciais estaduais e organização de interesses: a Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais (ASBACE); um estudo de caso**. Florianópolis: UFSC/PPG Sociologia Política (Dissertação de mestrado).

- CONDE, Pedro (1982b). Os empresários e as eleições. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 out.
- CONDE, Pedro (1982). A responsabilidade do empresário. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jun.
- CONDE, Pedro (1982a). O nosso maior banqueiro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 ago.
- CONDE, Pedro (1982c). Um alerta oportuno. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 nov.
- CONDE, Pedro (1983). Juros, um equívoco a ser esclarecido. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 fev.
- CONDE, Pedro (1983a). Discurso no término do mandato. **Relatório de Atividades 1980/83**. FEBRABAN/FENABAN. 17 mar.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCÁRIOS (1992). **Democratização e controle social do Sistema financeiro**.
- COSTA, Fernando Nogueira da, GOLDENSTEIN, Lídia (1987). **Mercado financeiro**. São Paulo: IESP/FUNDAP. (Relatório de Pesquisa, 6).
- DINIZ, Antonio de Padua Rocha (1986). Bancos se definem e apóiam institucionalização. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 8 nov.
- DINIZ, Antonio de Padua Rocha (1987). Bancos discriminados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 set.
- DINIZ, Antonio de Padua Rocha (1987a). Bancos discriminados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 out.
- DINIZ, Antonio de Padua Rocha (1988). A vantagem de quem faz as regras. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21, maio.
- DINIZ, Antonio de Padua Rocha (1988a). Os bancos e a realidade econômica. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 jul.
- DINIZ, Antonio de Padua Rocha (1988b). É preciso vencer o imobilismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 ago.
- DINIZ, Antonio de Padua Rocha (1988c). Os bancos e o pacto social. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 nov.
- DINIZ, Eli (1991). Empresariado e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 80. **Dados**, v.34, n.3, p.349-377.
- DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato (1993). Brasil: um novo empresariado? balanço de tendências recentes. In: DINIZ, Eli, org. **Empresariado e modernização econômica no Brasil**. Florianópolis: UFSC/IDACON. p.113-131.
- DOELLINGER, Carlos von (1991). Reordenamento do sistema financeiro. In: IPEA. **Perspectivas da economia brasileira 1992**. Brasília. p.275-304.
- DREIFUSS, Rene (1989). **O jogo da direita**. Petrópolis: Vozes.

- ESPINDOLA, Célia (1992). **Periodização do processo de acumulação e crise do capital produtivo e acumulação permanente do capital bancário, e financeiro no Brasil**. Florianópolis. (mimeo).
- FEBRABAN (s.d.). **Relação de bancos comerciais, múltiplos e caixas econômicas**.
- FERREIRA, Carlos K. Leal et al. (1989). **O formato institucional do sistema monetário e financeiro: um estado comparado**. São Paulo: IESP/FUNDAP. (Relatório final).
- FERREIRA, Carlos K. Leal, FREITAS, Maria C. Penido de (1990). **Mercado internacional de crédito e inovações financeiras**. São Paulo: IESP/FUNDAP.
- FIORI, Jose Luis (1993). **Ajuste, transición y gobernabilidad: el enigma brasileño**. Washington, D. C. (verson preliminar; mimeo).
- FOLHA DE SÃO PAULO (25.3.81). Algo de novo na FIESP. (Editorial).
- FRANCO, Albano (1982). Taxas de juros no banco dos réus (pronunciamento na CPI). **Moeda e Finanças**, p.11-16, fev.
- FUNDAP (1988). **Evolução e impasses do crédito**. São Paulo. (Relatório de pesquisa, 4).
- GAZETA MERCANTIL (28.3.89). São Paulo, p.44.
- GAZETA MERCANTIL (20.4.89). Banco Bozzano, Simonsen; relatório anual. São Paulo.
- GAZETA MERCANTIL (9.2.90). São Paulo, p.25
- GROS, Denise Barbosa (1993). Liberalismo, empresariado e ação política na nova República. In: DINIZ, Eli, org. **Empresariado e modernização econômica no Brasil**. Florianópolis: UFSC/DACON. p.133-151.
- INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO (1985). O empresariado apóia Sarney. São Paulo, v.28, n.4, p.4-7, abr.
- INDUSTRIA E PRODUTIVIDADE (1983). A CNI e a questão dos juros. São Paulo, v.15, n.166, p.4-6, fev.
- INDÚSTRIA E PRODUTIVIDADE (1983a). Editorial. São Paulo, v.15, n.16, fev.
- INDÚSTRIA E PRODUTIVIDADE (1983b). É preciso repensar o Brasil; editorial. São Paulo, v.15, n.168, abr.
- INFORMATIVO FEBRABAN/FENABAN (1990). abr.
- JACOB, Jorge Wilson Simeira (1982). **Discurso durante reunião dos pequenos e médios bancos**. Meceió, 26 nov. (mimeo).
- JACOB, Jorge Wilson Simeira (1983). **Discurso de posse diretoria da ABBC**. Rio de Janeiro. 31 maio. (mimeo).
- JACOB, Jorge Wilson Simeira (1983a). **Discurso durante almoço oferecido ao presidente do Banco Central**. São Paulo. 15 dez. (mimeo).

- JACOB, Jorge Wilson Simeira (1984). **Palestra proferida por ocasião do almoço de confraternização da ABBC**. São Paulo: Caeser Park. 14 dez. (mimeo).
- JACOB, Jorge Wilson Simeira (1993). ABBC, fruto de um sonho: sonho da igualdade na oportunidade. **Notícias ABBC**, n.34, p.2-3, mar.
- JORNAL DO COMÉRCIO (1, 2, 3.81). A FIESP e a recessão. Rio de Janeiro. (Editorial).
- MAKLER, Harry M. (1992). **Brazilian banks and patrimonial capitaliam: economic and social reaponses to the dilemma of development**. Rio de Janeiro: IUPERJ. (Process: entrepreneurial eletes-liberal strategies of refoundation; contemporary dilemmas of development, august 19-21; mimeo).
- MELLO, João M. Cardoso (1992). Conseqüência, neoliberalismo. **Economia e Sociedade**, n.1, p.59-67, ago.
- MELLO, Pedro Carvalho et al. (1986). **O empresário industrial frente ao mercado de capitais e a economia brasileira**. Rio de Janeiro. v.1. (Versão apresentada ao PNPE em maio 84).
- MINELLA, Ary C. (1991). A organização dos setores sociais dominantes: a burguesia bancário-financeiro no Brasil. In: LARANGEIRA, Sonia, org. **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: HUCITEC. p.83-106.
- MINELLA, Ary C. (1993). Empresariado financeiro: organização financeiro: organização e posicionamento no início da década de 90. In: DINIZ, Eli, org. **Empresariado e modernização econômica no Brasil**. Florianópolis: UFSC.
- MOREIRA, Marcílio Marques (1981). Estará o liberalismo obsoleto? **Tempo Brasileiro**, n.65-66, p.3-16.
- NUNES, Geraldo L. dos Reis (1993). **O Sr. empresário e sua criada a constituição: uma análise do discurso do empresariado brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Comunicação (Tese de doutorado).
- OLIVEIRA, Francisco de (1991). Os protagonistas do drama: Estado e sociedade no Brasil. In: LARANGEIRA, Sonia, org. **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: HUCITEC. p.43-66.
- PRADO, Sérgio, coord. (1993). **Processo de privatização no Brasil; a experiência dos anos 1990-92**. São Paulo: IESP/FUNDAP. (Relatório de pesquisa, 11).
- RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL (1989). Rio de Janeiro: FGV/Banco Mundial.
- REVISTA DA USP (1993). Dossiê liberalismo e neoliberalismo, n.17, mar./maio.
- RODRIGUES, Leôncio M., RODRIGUES, Iram Jacome (1987). **Um estudo das greves dos bancários de março de 1987**. (mimeo).

- SAES, Décio (1991). O estado brasileiro pós-64 e a organização de hegemonia no seio do bloco no poder. In: LARANJEIRA, Sonia, org. **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: HUCITEC. p.43-66.
- SANTOS FILHO, Milton (1993). Sistema internacional de crédito: conceitos e desenvolvimento. In: SANTOS FILHO, M., org. **Instabilidade econômica: moeda e finanças**. São Paulo: HUCITEC. p.41-60.
- SILVA, Luis A. Simoens da (1988). **Análise do desempenho do sistema bancário**. São Paulo: IESP/FUNDAP.
- TÁPIAS, Alcides L. (1992a). **A viabilização econômico-financeira da infra-estrutura nacional**. 19 mar. (palestra).
- TÁPIAS, Alcides L. (1992d). Banco sobrevive com inflação baixa. **Diário Comércio e Indústria**, 8 jul.
- TÁPIAS, Alcides L. (1992f). **Serviços bancários: uma nova relação com as empresas e a sociedade**. 21 set. (Palestra na FÇESP).
- TÁPIAS, Alcides L. (1991). **Discurso de posse**. 4 nov.
- TÁPIAS, Alcides L. (1991a). Faltam 20 dias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 nov.
- TÁPIAS, Alcides L. (1992). **Desequilíbrios macroeconômicos e implicações no SFN**. 12 fev. (Congresso sobre Reforma do Sistema Financeiro Nacional).
- TÁPIAS, Alcides L. (1992b). Quem fica com os juros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 abr.
- TÁPIAS, Alcides L. (1992c). **A posição do sistema financeiro**. 2 jul. (Palestra no Seminário de Atendimento bancário).
- TÁPIAS, Alcides L. (1992e). Sigilo bancário protege privacidade de cidadão. **Diário Comércio e Indústria**, 18 ago.
- TÁPIAS, Alcides L. (1992g). Opções do Brasil de Itamar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 out.
- TÁPIAS, Alcides L. (1992h). Que tal respeitar o contribuinte. **IBEF**, n.40, 12 nov.
- TEIXEIRA, Eduardo de Freitas, BRAGA, José Carlos (1987). **O padrão de financiamento da economia brasileira: considerações sobre seu reordenamento**. São Paulo: IESP/FUNDAP.
- TEIXEIRA, Naternes Guimarães (1985). **O sistema bancário brasileiro e suas transformações frente à crise atual**. Campinas: UNICAMP/ Instituto de Economia. (Tese de doutorado).
- TEIXEIRA, Naternes Guimarães (1988). **Tendências estruturais do sistema financeiro**. São Paulo: IESP/FUNDAP.

- VAZQUEZ, Petinda Serva (1988). Bancários: uma categoria na vanguarda do sindicalismo brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 12. **Anais... Águas de São Pedro.** (GT Classe Operária e Sindicalismo).
- VEJA (1985). A greve dos bancários falou grosso. São Paulo: Abril, p.36-43, 18 set.
- VIDIGAL FILHO, Luis Eulálio (1986b). As perspectivas da indústria; palestra na ESP em 11 junho 85. **Indústria e Desenvolvimento**, São Paulo: FIESP/CIESP, v.20, n.9, p.86-90, set.
- VIDIGAL FILHO, Luis Eulálio (1986). O papel do lucro e a importância da livre iniciativa; palestra na ESG em 21 junho 81. **Indústria e Desenvolvimento**, São Paulo: FIESP/CIESP, v.20, n.9, p.52-59, set.
- VIDIGAL FILHO, Luis Eulálio (1986a). Em defesa da livre iniciativa; discurso de posse no segundo mandato na FIESP/CIESP. **Indústria e Desenvolvimento**, São Paulo: FIESP/CIESP, v.20, n.9, p.65-68, set.
- ZINI JÚNIOR, Álvaro A. (1984). Características qualitativas e avaliação do funcionamento do setor financeiro no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.4, n.2, p.85-112.

Abstract

From a sociopolitical perspective, the article focuses on the main characteristics of the Brazilian financial system in the 80's and early 90's, analyzing the financial entrepreneurs' views in relation to three subjects: (a) liberalism and neoliberalism; (b) relationships with non-financial entrepreneurs, taking into account corporative and political points of conflict and convergence; (c) relationships with banking employees and attitudes towards collective action. The study spotlights the leaders who constitute the directorates of the principal organs representing the interests of the sector: National Federation of Banks (FENABAN), Brazilian Federation of Banking Associations (FEBRABAN), National Confederation of Financial Institutions (CNF) and Brazilian Association of Commercial and Multiple Banks (ABBC) which represents the small and medium-size banks. The bankers' view are deduced from the following sources: articles and interviews appearing in the general press and in specialized journals, publications and documents from the banking organs themselves, and texts of conferences, lectures, etc. offered on diverse occasions.